



Gazeta Valeparaibana

Você é o que você lê!

EDITORIAL

A vida como ela é !

E não é que constato que a maioria das pessoas passou a perceber coisas que sempre estiveram ali, mas que antes não viam? Esse momento especial que estamos vivendo nos trouxe outras percepções, novos sentimentos, pensamentos e emoções.

Por: Mariene Hildebrando

Página 2

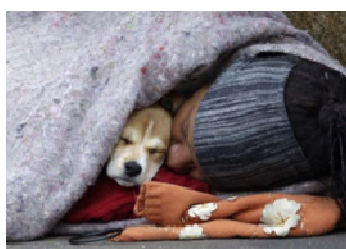
CRÔNICA DO MÊS

Quanto você pagaria para aprender novas habilidades? Habilidades importantes, como criatividade, trabalho em equipe, condução de projetos, entre outros. Você pagaria para ter estas habilidades incorporadas a sua descrição profissional?

E se eu apresentasse a você uma possibilidade de aprender ou praticar estas e outras habilidades sem que você tenha que pagar por isso, você teria interesse?

Página 3

MORADOR DE RUA



Cada um tem sua história e motivos que os tornaram "Moradores de Rua".

Um dia, tiveram família, posição profissional e uma vida com dignidade!

Muitos deles vivem em situação amoral, sem lar, sem trabalho e são quase invisíveis.

Vivem à margem da sociedade, sem futuro, sem esperanças, na violência, abandonados, desempregados, perdidos no álcool, drogas. Caminho sem volta e que certamente os levará rumo à morte.

Por: Genha Auga

Página 4

MERCADO X DEMOCRACIA

O incrível universo paralelo dos bancos

Pandemia e crise econômica avassalam o país, mas as quatro maiores instituições financeiras fecharam o semestre com lucro de R\$ 26 bilhões. Na origem do "sucesso", décadas de privatização das finanças públicas conduzida por amigos como Guedes.

As grandes instituições financeiras tupiniquins parecem atuar em um universo paralelo. O Brasil está sentindo os efeitos dramáticos da pandemia em praticamente todas as suas dimensões. Para além das quase 160 mil mortes, assistimos ao crescimento impressionante do desemprego...

Por: Paulo Kliass

Página 5

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

Escravidão moderna e seus guardiões

A estimativa do Banco Mundial é que cerca de 5,4 milhões de brasileiros atinjam a extrema pobreza, chegando ao total de 14,7 milhões de pessoas até o fim de 2020 – Leonardo de França

Página 8

Em nomes de animais brasileiros, a resistência Tupi

Colonizadores tentaram renomeá-los: jaguar virou "onça", tapir ficou "anta". Alguns, viraram híbridos: lobo-guará, tamanduá-bandeira, sapo-cururu.

Mas língua indígena venceu, por maioria esmagadora: sabiá, tamanduá, perereca, jabuti

Página 10

É assim que a verdadeira "descolonização" deveria ser

Descolonize esse lugar!"
"Descolonize a universidade!"
"Descolonize o museu!"

Página 11

Palestina, dignidade rebelde

Gaza está outra vez sob bombardeio. Mas a imagem que recebemos novamente hoje – de uma população civil sitiada, aterrorizada, à mercê das violentas ofensivas militares israelenses – não é a que encontramos nos arquivos de Joss Dray, fotógrafa e militante da causa palestina desde os anos 1980. Suas fotos afirmam, ao contrário, a humanidade de um povo em resistência, "legítimo em sua terra".

Página 6

E muito mais...
Confira!



Que as crianças cantem livres

Nelson Mandela dizia que ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

No universo da minha infância, eu ficava imaginando que as pandorgas que eu soltava iriam percorrer vários caminhos no céu até encontrarem um cantinho de alegria e de felicidade. Esse meu sonho tinha a mesma cor do sonho de outras crianças.

Por: Paulo Paim

Página 6



Saberes ancestrais, riqueza amazônica quase inexplorada

Uma Amazônia possível emerge em seminário na USP. Povos da floresta multiplicam ações locais e sustentáveis. É preciso fortalecê-las, mas também aprender com elas a superar visão arcaica de que matas são obstáculo econômico

O Seminário Internacional Construindo Diálogos sobre Governança Florestal teve início no dia 22/10 e continuará nos dias 29/10, 5/11 e 12/11.

Por: Ricardo Abramovay

Página 7

EDITORIAL

A vida como ela é !

E não é que constato que a maioria das pessoas passou a perceber coisas que sempre estiveram ali, mas que antes não viam? Esse momento especial que estamos vivendo nos trouxe outras percepções, novos sentimentos, pensamentos e emoções. Mudança de atitude também. Coisas que pareciam tão importantes deixaram de ser. Coisas que não tinham importância passaram a ter. E nesse novo mundo que surgiu começamos a nos reinventar. A maioria de nós não se dava conta do valor de um abraço, da liberdade de ir e vir, de ir a um cinema, ao teatro, assistir a um show. Sentar na praia e tomar um sol, visitar amigos e parentes. Conviver. E conviver ficou mais difícil e cheio de regras. Tivemos que aprender com o distanciamento social a pensar mais no outro.

Que choque levamos ao ver nosso mundo mudar, e as regras não serem mais as mesmas, isso de uma hora para outra. Como é aterrorizante a incerteza e dar-se conta da impermanência de tudo. Sim a impermanência anda junto com a gente, nos mostrando a todo o momento como tudo pode mudar num piscar de olhos, deixando tudo melhor ou pior, vai depender da situação em que nos encontramos. Se a mudança que chega é para pior, que difícil aceitar, saber lidar, ou então, arrumar estratégias para lutar, mudar de novo a situação e não sucumbir. Dá para ser feliz se nada é permanente? Sim, desde que entendamos que nada dura para sempre, nem a tristeza, nem a dor, nem a alegria, e que a sabedoria está em aceitar a impermanência de tudo, apostando nas alternativas, não nos iludindo achando que as certezas é que nos deixarão felizes, porque se existe uma coisa que é certa que não podemos contar é com a certeza. Entender que não podemos controlar tudo evita muito sofrimento.

Segundo o budismo, a impermanência é uma das qualidades básicas que caracterizam o universo, sobre a impermanência se diz: "Nada no universo perdura para sempre, tudo se transforma continuamente e caminha para a própria dissolução". Precisamos desapegar, pois se não o fizermos inevitavelmente acabaremos por sofrer. Essa expressão "desapega" é muito usada hoje em dia, mas a maioria das pessoas não sabe o que realmente isso quer dizer. O desapegar está ligado ao temporário, pois se tudo é temporário é mister que não nos deixemos iludir pelo apego as coisas, as pessoas, as situações. É importante compreendermos que as mudanças são necessárias, que a impermanência faz parte da nossa existência. Temos o momento presente. Cultivar o desapego faz parte desse crescimento. Nos desenvolvemos através da impermanência. Perceber que tudo é impermanente, é aí que está o aprendizado.

Não imaginávamos que esse ano fosse ser tão diferente, que fosse trazer mudanças tão inesperadas para o planeta, para o mundo inteiro.

Jamais podíamos prever que algo assim pudessem acontecer agora, talvez num futuro distante. A humanidade enfrentar esse desafio e tendo que unir conhecimentos, tecnologias, estudos científicos, olhar para a história e tentar aprender com casos semelhantes ocorridos no passado. Se reinventar, e, inventar novas maneiras de viver para poder sobreviver. Vem à vida nos mostrar que tudo pode mudar e por mais que a gente tente, nunca estamos realmente preparados para sair da nossa zona de conforto, quando essa mudança não foi planejada por nós. Mas é através dessa impermanência que as transformações ocorrem, só assim para evoluirmos, só assim para crescermos. Maior exemplo de impermanência é nossa própria existência, tão frágil, passando por várias fases, a infância, adolescência, fase adulta e a velhice até nosso completo desaparecimento desse mundo. Nossa aparência muda, nossos sentimentos mudam, nossos pensamentos mudam. A impermanência faz parte de nossa trajetória, por isso devemos focar no desapego, do passado, de coisas e de pessoas que não nos fazem bem, de situações que não queríamos que tivessem mudado, mas aconteceu, nada permanece igual nunca, apenas no nosso pensamento, apenas na mente que rejeita a ideia de que tudo muda, o que gera uma ilusão, e quando se der conta dessa ilusão, ou aceita que a mudança aconteceu ou sofre por aquilo que não pode mais ser.

A vida é o presente, o agora. A Felicidade é feita de momentos, não dura para sempre, apenas na nossa lembrança. O universo está sempre se transformando, assim o mundo que nos cerca está sempre nos influenciando, só assim a vida acontece. O apego faz justamente o contrário, nos dá uma falsa ideia de que tudo está estável e seguro, que temos o controle das coisas, quando na verdade tudo é transitório. Nada na vida permanece igual. Para aqueles que sentiram muita dificuldade em aceitar a nova situação que vivemos foi um grande choque de realidade. Foi e está sendo difícil para todo mundo, mas para aqueles muito apegados foi mais difícil ainda, foi um aprendizado, entender, por exemplo, que a vida dá lugar à morte, que independente do nosso querer as mudanças acontecem.

Kahlil Gibran dizia que *"não começamos nenhum dia como terminamos o dia anterior; nenhum nascer do sol nos encontra onde o pôr do sol nos deixou"*.

A compreensão e a aceitação da impermanência nos afastam da angústia que o apego nos traz e nos liberta do medo trazendo paz aos nossos corações. Se aceitarmos que tudo muda o tempo todo conseguiremos desfrutar de uma vida mais plena.

Nada durará para sempre, a impermanência é a única coisa que é real.

Mariene Hildebrando

Professora e especialista em Direitos Humanos

LINGUA PORTUGUESA

Verbos

Intervir

Eu intervenho apenas quando minha participação é solicitada.

Na escola, eu intervinha muitas vezes nas aulas.

Eu intervimos nessa situação para evitar consequências piores.

O verbo *intervir* é frequentemente conjugado de forma errada.

É importante entender que, sendo derivado do verbo *vir*, deverá ser conjugado como ele, com exceção da acentuação da 3.ª pessoa do singular do presente do indicativo.

O paralelismo na conjugação com o verbo *vir* ocorre também com outros verbos derivados de *vir*, como *convir*, *advir*, *desavir*,...

- Eles vêm
- Eles intervêm
- Eles convêm
- Eles advêm
- Eles desavêm

- Eu vim
- Eu intervimos
- Eu convim
- Eu advim
- Eu desavim

- Quando eu vier
- Quando eu intervier
- Quando eu convier
- Quando eu advier
- Quando eu desavier

Colaboraram nesta edição



Colaboradores Fixos:

- Marcelo Goulart
- Mariene Hildebrando
- Filipe de Sousa
- Genha Auga
- Loryel Rocha

Colaboradores eventuais:

- Paulo Kliass
- Ricardo Abramovay
- José Álvaro Cardoso
- Sérgio Buarque de Gusmão
- Isabela Palhares
- Raul Tadeu Bergmann
- Felipe Lucena
- Pedro Augusto Pinho
- Éric Vargas
- Roberto Ravagnani

Fontes:

- Callendar

ANUNCIE AQUI

IMPORTANTE

Todas as matérias, reportagens, fotos e demais conteúdos são de inteira responsabilidade dos colaboradores que assinam as matérias, podendo seus conteúdos não corresponderem à opinião deste Jornal.

A Gazeta Valeparaibana é um jornal mensal gratuito distribuído mensalmente em PDF para leitura e download

Diretor, Editor e Jornalista responsável
Filipe de Sousa - FENAI 1142/09-J

CRÔNICA DO MÊS

Quanto você pagaria para aprender novas habilidades? Habilidades importantes, como criatividade, trabalho em equipe, condução de projetos, entre outros. Você pagaria para ter estas habilidades incorporadas a sua descrição profissional?

E se eu apresentasse a você uma possibilidade de aprender ou praticar estas e outras habilidades sem que você tenha que pagar por isso, você teria interesse?

Sem querer ser vidente, eu arrisco dizer que boa parte das pessoas que leram até aqui disseram que sim, teriam interesse em conseguir tais habilidades.

Portanto agora vou te apresentar este caminho e indicar como fazer para conseguir estas habilidades de forma gratuita e ainda ajudar causas sociais.

O trabalho voluntário é o caminho, sem riscos ou pegadinhas para você conseguir gratuitamente estas já citadas e muitas outras habilidades que podem inclusive auxiliar o seu desenvolvimento profissional, pois são expectativas dos empregadores ter colaboradores com estas e muitas outras habilidades.

O trabalho voluntário é uma formação completa e eu diria que você consegue, dependendo da atividade que escolha para desenvolver, até 09 novas habilidades de forma muito rápida e ainda tem um resultado social que você disponibiliza para a causa escolhida para fazer sua atividade voluntária.

Não sei se existe uma forma melhor de aprender e ainda ajudar outras pessoas, mas se existe eu a ela ainda não fui apresentado.

Por isso mais uma vez convido você a conhecer e se juntar a nós em nossos veículos, Gazeta Valeparaibana, e das rádios CULTURAonline BRASIL e RIF - Rádio Internacional Lusófona e não só faça a diferença para o próximo, mas para sua própria vida também. Será uma grande alegria ver você aprendendo e ajudando a causas que precisam do seu tempo e do seu talento.

Experimente e deixe-nos se for capaz.

Filipe de Sousa

Jornalista, Editor e Produtor

História da primeira eleição no Rio de Janeiro

Está chegando o dia das eleições municipais deste ano de 2020. O Rio de Janeiro, mais uma vez, vai escolher seus representantes político-partidários. E essa história vem de longe

Está chegando o dia das eleições municipais deste ano de 2020. O Rio de Janeiro, mais uma vez, vai escolher seus representantes político-partidários. E essa história vem de longe.

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada em primeiro de março de 1565. No ano seguinte, o governador Estácio de Sá formou o primeiro corpo jurídico-legislativo do Rio.

“Fundado em 1566, o Poder Legislativo era formado, inicialmente, apenas por um procurador e um juiz ordinário. Foram nomeados João de Prose como procurador da Câmara e, no ano seguinte, Pedro Namorado para o cargo de juiz ordinário. Não é muito provável que a Câmara tenha tido sede própria. Mas se houve alguma, estava instalada nas dependências da Capela de São Sebastião”, informa o site da Câmara dos Vereadores do Rio.

Exatamente dois anos e nove meses após Estácio de Sá ter fundado a cidade, em dezembro de 1567, houve a primeira eleição para a Câmara. Nela votavam somente homens adultos, brancos, com residência fixa, livres e sem alguma acusação de crime.

Eram selecionados 12 eleitores, que elegiam 12 candidatos que não podiam ser parentes ou sócios dos primeiros. Eles tinham os nomes escritos em grupos de quatro, em cédulas de couro envolvidas em cera, os pelouros. Estes eram colocados em um saco e uma criança sortearia a chapa vencedora. O mais velho tornava-se presidente da Casa e juiz ordinário da cidade. Os dois do meio, vereadores, e o último, procurador. O mandato era de um ano.

Os parlamentares não recebiam dinheiro pelos serviços prestados. Eles ganhavam apenas cera para fazer vela, pois era muito honrado servir à municipalidade e uma ofensa receber pagamento em dinheiro por isso. Igual hoje em dia, não é mesmo?

“Como desde aquela época os vereadores tinham pouca produtividade e viviam protelando as decisões, o povo dizia que eles não trabalhavam, apenas ficavam ali para “fazer cera” (ganhar seu pagamento), dando origem a esta expressão”, explica a pesquisadora Nidia Telles.

Outra curiosidade é que antes de se instalar definitivamente no Palácio Pedro Ernesto, o legislativo do Rio ocupou 14 imóveis diferentes, entre eles a Casa de Câmara de Cadeia no Morro do Castelo (1567-1637), a Casa Térrea ao lado da Igreja de São José (1636-1736), a Cadeia Velha (1736-1787/1792/1808), o Arco do Telles no Largo do Paço (1787-1790), Paço Municipal no Campo de Santana (1825-1874), o Palácio do Campo de Santana (1882-1896) e o Liceu de Artes e Ofícios (1919-1923).

A Casa de Câmara de Cadeia no Morro do Castelo abrigava políticos em um andar e presidiários em outro. Sugestivo, não?

Eis a história da primeira eleição indireta do Rio de Janeiro. Sobre eleição direta, aí é outra história e a gente conta outro dia.

Felipe Lucena

NOVEMBRO 2020

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

ALGUMAS DATAS COMEMORATIVAS

- 02 - Finados
- 05 - Dia Nacional da Língua Portuguesa
- 05 - Dia da Cultura e da Ciência
- 09 - Dia Internacional contra o Fascismo
- 11 - Fim da Primeira Guerra Mundial (1918)
- 12 - Dia do Diretor de Escola
- 14 - Dia do Bandeirante
- 14 - Dia Nacional da Alfabetização
- 15 - Proclamação da República
- 15 - Dia do Esporte Amador
- 16 - Dia Nacional da Amazônia Azul
- 18 - Dia do Conselheiro Tutelar
- 18 - Dia Nacional de Combate ao Racismo
- 19 - Dia da Bandeira
- 19 - Dia Mundial da Filosofia
- 20 - Dia Nacional da Consciência Negra
- 20 - Dia Universal da Criança
- 21 - Dia Mundial da Televisão
- 21 - Dia Nacional de Combate ao Dengue
- 25 - Dia do Doador Voluntário de Sangue
- 27 - Dia Nacional de Combate ao Câncer
- 30 - 4º Eclipse Lunar Penumbral
- 30 - Dia da Amizade Argentino-Brasileira

Veja todas as datas comemorativas do mês na nossa **BIBLIOTECA!**

Disponível no site

www.gazetavaleparaibana.com

Frases Soltas

Renato Kehl: “O bajulador, adulador ou lisonjeador é quase sempre um ente infeliz porque se sente inferior e se reconhece desprezível”.

William Shakespeare: “Os amigos me adulam e me fazem de asno, mas meus inimigos me dizem abertamente o que sou, de forma que com os inimigos prendo a me conhecer e com os amigos me sinto prejudicado”.

Shakespeare, de novo: “Aquele que gosta de ser adulado é digno do adulador”.

Ditado popular: “A boca do bajulador é um sepulcro aberto”.

Avril Lavigne: “Sou bem clara quanto ao que gosto, o que não gosto e o que quero. Não sou uma puxa-saco. Não sou bajuladora. Não fico falando besteiras. As pessoas podem me ver como uma vaca, mas, na minha posição, tenho que ser capaz de proteger a minha imagem”.

Bendito quem inventou o belo truque do calendário, pois o bom da segunda-feira, do dia 1.º do mês e de cada ano novo é que nos dão a impressão de que a vida não continua, mas apenas recomeça...

Desconhecido

Não posso acreditar num Deus que quer ser louvado o tempo todo.

Friedrich Nietzsche

MORADOR DE RUA



Cada um tem sua história e motivos que os tornaram “Moradores de Rua”.

Um dia, tiveram família, posição profissional e uma vida com dignidade!

Muitos deles vivem em situação amoral, sem lar, sem trabalho e são quase invisíveis.

Vivem à margem da sociedade, sem futuro, sem esperanças, na violência, abandonados, desempregados, perdidos no álcool, drogas. Caminho sem volta e que certamente os levará rumo à morte.

As pessoas geralmente passam longe deles, olham à distância e são tidos como perigosos, irrecuperáveis, contagiosos.

Existem albergues que oferecem moradia, no entanto, muitos deles rejeitam por vários motivos: não permitem animais, levar seus pertences e pelo fato de estarem há tempos fora do convívio familiar, dificilmente adaptam-se às regras impostas e assim passam a conviver com a fome, frio, desprezo, doenças. Embora todo ser humano nasça livre e com direitos iguais, está faltando espírito de fraternidade que tanto pregam nas escolas, igrejas e lares.

Geralmente o morador de rua sobrevive com coleta de lixo, reciclagem, esmolas, mas, com a pandemia veio o fechamento dos estabelecimentos, principalmente restaurantes, o distanciamento e regras de isolamento e até mesmo os voluntários distribuidores de sopas interromperam essa prática pelo risco do coronavírus e para evitar aglomerações.

Com o preconceito por parte de gente que nunca se deparou com a miséria, falta de recursos

financeiros e de moradia, muita gente além de os rejeitar, verbalizam que os moradores de rua são preguiçosos, desregrados, irresponsáveis e que assim preferem viver. Como se fosse uma aventura dormir no chão, com frio, medo, fome e sem saber se irá acordar vivo.

Muitos têm casa para morar, no entanto, estão na rua por conta de não custear a família com o que ganham e acabam expulsos, há casos de estupros dentro do próprio lar, doenças mentais não reconhecidas por ignorância, além da falta de assistência do próprio Estado.

Esses indivíduos nem sempre sabem se irão comer ou terão onde dormir, vivem na insegurança, sentem fome misturada com dor e não medem a gravidade de uma tosse, febre, feridas e, pela condição de viverem sujos, sem banho, além da super lotação nos postos de saúde, ainda são discriminados..

Essas pessoas dependem de ONGs e assistência social que nem sempre conseguem atender a demanda ficando então sem escolhas, com poucas esperanças de um futuro melhor e acabam adaptando-se à condição de solidão.

A desigualdade social, a exclusão e o desrespeito a essas diferenças, foram fatores decisivos para designar a característica do desempregado que não tem espaço nem esperanças e as exigências decorrentes da nova competitividade e concorrência, reduziu as oportunidades de emprego gerando o infortúnio que afetou a vida de muitos indivíduos que perdendo perspectivas de vida, laços familiares passaram a ocupar os espaços da rua como moradia e sobrevivência bem como, aqueles que saem de sua cidade natal em busca de melhores condições, acabam ficando na situação de andarilhos pela falta de condições de se fixarem no destino escolhido e sem ter como voltar de onde vieram.

Dessa forma, passam a ter uma alimentação deficiente, ficam vulneráveis a doenças e sem respaldo do próprio Estado, expostos a todo tipo de violências muitos se tornam violentos e é essa pobreza visível e escancarada que aceleradamente vemos a cada dia nas ruas. Mesmo que haja demonstrações de preocupação, compaixão, existe no contexto da opinião pública e dos governantes as contradições como o pre-

conceito, descaso, repressão.

Com a articulação da defesa e direitos dos moradores de rua a segregação diariamente vira notícia, como queimar os que estão dormindo nas calçadas, extermínio, violência verbal e desmoralização, esses fatos que acontecem diariamente são formas de violação dos direitos dessas pessoas que com o passar do tempo se agrava de tal maneira que as doenças avançam para tuberculose, aids, alcoolismo, drogas, covid e psicopatias que além de afetar os outros, acabam levando-os à morte.

Outro aspecto envolve as mulheres que engravidam e criam seus filhos nesse submundo, idosos e deficientes físicos também vivem nessa condição de inutilidade, desesperança e sujeitos a todo tipo de risco.

Nessa luta pela sobrevivência são tratados como marginais e esse cotidiano acaba tornando-se uma façanha individual mesmo contando com assistência social e solidariedade da população.

Diante desse grave quadro e de incertezas, esperamos ainda poder contar com uma implementação de políticas públicas que amplie as medidas protetivas do Estado para com esse público.

Essa classe social desmoralizada como se estivessem na rua por escolha ou como se não gostassem de trabalhar se sustentam com o ramo da reciclagem, sucatas, carga e descarga de caminhões, nas estradas como “Chapas”, flanelinha e sem a menor possibilidade de serem contratados na formalidade e,

apesar das dificuldades maiores ou menores e por motivos de pouca ou nenhuma compreensão, não é possível alguém pensar que esse modo de vida é por opção ou porque acham divertido dormir na rua ao invés de uma cama e um quarto aconchegante e seguro.

O que fazer?

Em noites frias e chuvosas, quando estiver debaixo de suas cobertas quentinhas e cheirosas, pense nisso...

Genha Auga

Jornalista - MTB 15320

14 - Dia do Bandeirante



Quando pensamos na história do Brasil Colonial, sobretudo nos aspectos que envolvem o adentramento do território por meio de expedições que varavam o sertão em busca de metais preciosos, de apresamento de índios e de fundação de novas vilas e cidades, vem-nos à mente a figura dos bandeirantes.

Homens como Domingos Jorge Velho que foi responsável pela destruição do Quilombo dos Palmares, situado entre os atuais estados de Pernambuco e Paraíba,

Raposo Tavares, Fernão Dias Paes e Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, foram responsáveis pelo desbravamento e reconhecimento do território do interior do Brasil, até então pouco conhecido e explorado.

Os únicos que conheciam os sertões brasileiros e que mantinham, tam-

bém, contato com os grupos indígenas eram os jesuítas, que, por isso mesmo, entraram em conflito com os bandeirantes no período colonial.

A despeito das inúmeras discussões e controvérsias que existem em torno da figura dos bandeirantes, o fato é que eles tiveram importância fundamental na formação do Brasil. Essa importância é ressaltada na data escolhida para homenageá-los, o dia 14 de novembro.

Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;)

O dia 14 de novembro foi escolhido para homenagear os bandeirantes porque foi nesse dia, em 1625, que a cidade de Santana de Paranaíba, localizada no interior do atual estado de São Paulo, foi elevada à condição de Vila. Essa cidade recebeu esse nome por ter como padroeira Santa Ana, mãe da Virgem Maria, e foi, entre os séculos XVII e XVIII, o principal reduto dos bandeirantes paulistas. Desde 1580 que Santana do Paranaíba existe – foi fundada na época do Governo-geral de Mem de Sá. Os bandeirantes que saíam em comitiva das vilas de São Vicente e de São Paulo aportavam em Santana para abastecer-se de mantimentos e também tratar dos animais.

Com o tempo, a cidade foi se tornando ponto fundamental para as expedições dos bandeirantes, e a sua história passou a estar intimamente relacionada com a atividade das bandeiras. Por esse motivo, tanto o aniversário da cidade quanto o dia dos bandeirantes são comemorados na mesma data.

O incrível universo paralelo dos bancos

Pandemia e crise econômica avassalam o país, mas as quatro maiores instituições financeiras fecharam o semestre com lucro de R\$ 26 bilhões. Na origem do “sucesso”, décadas de privatização das finanças públicas conduzida por amigos como Guedes



MERCADO X DEMOCRACIA

As grandes instituições financeiras tupiniquins parecem atuar em um universo paralelo. O Brasil está sentindo os efeitos dramáticos da pandemia em praticamente todas as suas dimensões. Para além das quase 160 mil mortes, assistimos ao crescimento impressionante do desemprego e da precariedade no mercado de trabalho, com consequências terríveis para a grande maioria de nossa população. Do ponto de vista das empresas, observa-se igualmente um quadro de enormes dificuldades, com aumento exponencial do encerramento de atividades, falências e diminuição do faturamento.

Pois exatamente ao longo desse mesmo período, os lucros dos bancos mantêm-se bilionariamente elevados. Durante o primeiro semestre do pior ano da história de nossa economia, apenas os balanços dos quatro maiores bancos apresentaram o vergonhoso resultado de R\$ 26 bilhões a título de lucros. É bem verdade que esses números representam uma queda na comparação com os R\$ 40 bi auferidos em 2019. Porém, frente a um quadro estarrecedor da atividade econômica de forma generalizada e das condições sociais, ainda é de espantar os valores apresentados.

Vale ressaltar, ainda, a generosidade da legislação aprovada por Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Por meio da Lei nº 9.249 daquele ano, passaram a ser isentos de imposto de renda os lucros e dividendos obtidos por empresas de todos os setores. Dessa forma, todos os ganhos distribuídos aos acionistas ou proprietários de bancos ao longo desses 25 anos não recolheram um único centavo ao Tesouro Nacional. Impressiona, além de tudo, que nenhum governante tenha encaminhado ao Congresso Nacional alguma medida propondo a eliminação de tal aberração.

Poder e lucro da banca

O fato é que o poder oligopolista dos mastodontes que operam no financismo de nossas terras lhes assegura renda fácil em todas as circunstâncias. No período da inflação elevada, os bancos ganhavam por sua capacidade de se antecipar à perda do valor de compra da moeda e também pelos ganhos na arbitragem de juros. Na sequência do Plano Real, em 1994, e a estabilização monetária que veio com o mesmo, os bancos aumentaram em muito seus ganhos por

meio da política de juros nas estrelas e com a subserviência do Banco Central frente aos increditáveis spreads por eles praticados nas operações de crédito. Continuamos fazendo companhia à Estônia, na condição de únicos países a oferecerem tal benesse ao capital.

Na verdade, temos assistido ao longo das últimas décadas a uma verdadeira privatização das finanças públicas. As decisões de política econômica têm sido sistematicamente concebidas e implementadas com o objetivo maior de atender carinhosamente aos interesses da banca. Não por acaso, 9 em cada 10 presidentes do Banco Central indicados são originários da direção de instituições bancárias privadas. Ao ocuparem postos estratégicos no comando e no ordenamento das políticas públicas associadas à economia, esses indivíduos não se esquecem jamais de seu local de origem. Em situação análoga, temos ocupantes desse tipo de posto que saem do espaço público e mudam de lado, passando a atuar como dirigentes dos interesses do financismo. A título de exemplo, vale recordar que as duas últimas pessoas a ocuparem o cargo máximo da Secretaria do Tesouro Nacional são hoje economistas-chefes de grandes bancos privados.

Ao tratar do espaço da administração pública como se fosse seu próprio quintal, os representantes dos bancos não esperam por oportunidades para ampliar os ganhos de quem os colocou ali. As medidas podem ser escancaradas por meio de decisões escandalosas amparadas na certeza da impunidade ou camufladas por uma certa áurea de “neutralidade técnica” na decisão adotada. A recente entrega de parte da carteira de crédito do Banco do Brasil ao concorrente privado BTG por preço de banana pertence seguramente ao primeiro grupo. Não deve ser por mera coincidência que o superministro da economia tem sua origem como diretor justamente desse banco privado.

Superávit primário e lucros bilionários

A persistência doutrinária em implementar o dogma da austeridade fiscal assassina cabe como uma luva no segundo caso. No pacote de falácias está presente a necessidade de obtenção sistemática de superávit primário, com o objetivo de assegurar a drenagem de recursos orçamentários para o pagamento de juros da dívida pública. Esse monumental volume de dinheiro público é direcionado, evidentemente, às instituições operadoras do sistema financeiro. Desde 1996, quando o sistema passou a ser contabilizado oficialmente, o pagamento desse tipo de obrigação já acumula um total próximo a R\$ 6 trilhões.

A prioridade, como se vê, sempre foi o cumprimento das despesas de natureza financeira. No comando da economia, Paulo Guedes não se cansa de repetir o mantra duvidoso do “não temos dinheiro”. Mentira! Desde sua posse até junho de 2020, o governo federal já destinou R\$ 541 bi para o pagamento de juros da dívida pública. Apesar do discurso recorrente contra os gastos na área social, mesmo em tempos de pandemia, Guedes autorizou o destino de R\$ 360 bi ao longo dos últimos 12 meses para essa mesma despesa financeira. Enquanto isso, as rubricas de saúde, assistência social, educação, previdência social e outras são reduzidas para atender ao descalabro do teto de gastos da EC 95.

Paulo Kliass

Língua Portuguesa: quando usar vírgula? 10 dicas úteis

A Língua Portuguesa é um dos mais belos idiomas do mundo. Mas falar um bom português nem sempre é fácil. Como usar a vírgula? E quando usar a vírgula? A vírgula é, sem dúvida, um dos sinais de pontuação mais complexos e versáteis.

A vírgula indica uma pausa no discurso. A sua utilização é tão importante que pode mudar o significado quando não utilizada ou utilizada de forma incorreta. A vírgula também serve para separar termos com a mesma função sintática, bem como para separar o aposto e o vocativo.

No entanto, por muitas regras do uso da vírgula que existam, essas regras podem ser quebradas se a sua intenção é, por exemplo, escrever poesia. Na poesia, o uso da vírgula pode sofrer algumas variações e tornar-se mais flexível.

Afinal, quando usar vírgula?

Claro que a confusão das vírgulas pode ser compreensível na língua portuguesa, onde para cada regra há uma exceção (e se isso mesmo é uma regra, qual será a exceção a esta regra?). Pode ser um valente nó no intelecto de qualquer um.

Mas há dez situações onde as vírgulas são obrigatórias. As regras estão indicadas aqui em baixo a negrito. A frase seguinte é um exemplo prático dessa regra.

Para separar partes da frase com a mesma função sintática, a não ser que se use as conjunções “e” ou “ou”. Fui comprar fruta, leite e ovos ao supermercado.

Para delimitar o vocativo (quando chama alguém). Pedro, podes emprestar-me o teu livro?

Para delimitar uma parte explicativa da frase. O João, que joga futebol, foi comprar umas chuteiras à loja.

A seguir a “sim” ou “não” quando surgem no início da frase para se referirem a uma frase anterior. Não, o restaurante não está aberto ao domingo.

A seguir a conectores adverbiais. O Fábio gosta de gelado, contudo, evita os de morango. // O Fábio gosta de gelado. Contudo, evita os de morango.

Todas as conjunções surgem depois de vírgula, com exceção da conjunção “e”. Preferi não entrar na sala, embora estivesse muito curioso.

As orações adverbiais, quando no início de frase, são terminadas com vírgula. Quando descobri que tudo era verdade, fui até casa dele e pedi desculpa.

As orações adverbiais, quando no meio da frase, são delimitadas por vírgulas. Hoje à tarde, quando descobri que tudo era verdade, fui até casa dele e pedi desculpa.

As orações com gerúndio são quase sempre terminadas com vírgula. Olhando pela janela, Sofia sabia que tinha um longo caminho pela frente.

Quando uma palavra ou expressão modificadora do verbo ou de toda a frase surge no início da frase, deve ser seguido por vírgula. Felizmente, a tempestade durou apenas alguns minutos.

Que as crianças cantem livres



Nelson Mandela dizia que ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

No universo da minha infância, eu ficava imaginando que as pandorgas que eu soltava iriam percorrer vários caminhos no céu até encontrarem um cantinho de alegria e de felicidade. Esse meu sonho tinha a mesma cor do sonho de outras crianças.

Só fui me dar conta disso na minha adolescência e juventude quando pude compreender quão importante é manter vivo o brilho dos olhos da criança. Para elas não há diferença entre as pessoas, todos são iguais e têm os mesmos direitos. Criança não tem preconceito.

Abraçar, sorrir, dar a mão ao outro que pede ajuda e repartir o pão, sem nenhuma preocupação ou cobrança, é tão natural para uma criança quanto navegar pelas “águas mansas” do útero da mãe a espera do grande dia do nascimento.

Nelson Mandela dizia que ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

Quando acordo, eu sempre penso no que fiz, no que não fiz e no que eu poderia ter feito em todos esses anos. Penso no que posso fazer pela nossa gente. Isso bate forte na minha alma e faz com que, todos os dias, eu continue buscando e deixando correr pela vida a criança que eu fui.

A felicidade é um direito sagrado de todas as crianças. É por meio dessa bem-aventurança que se descobre o caminho da existência e da eternidade. Sem felicidade não há alvorecer e nem pôr do sol. A luz que reflete não mais ilumina, mas ofusca o hoje e o amanhã.

Carinho também é direito fundamental. Pobreza material não significa pobreza afetiva. Eu disse uma vez que uma criança pobre pode estar mais provida de afeto e de amor em um lar pobre do que uma criança que esteja em um lar onde a família tenha mais condições.

Mas é óbvio que a pobreza, quando atinge níveis extremos, atua de forma cruel para destituir as pessoas daquele mínimo necessário de dignidade humana. Por isso que combater a pobreza,

a miséria, a fome é fundamental para a garantia dos direitos das crianças.

Relatório da Fundação Abrinq, divulgado no ano de 2019, apontou que 10,6 milhões de crianças e adolescentes vivem na pobreza e 9,4 milhões na extrema pobreza. Um cenário vergonhoso para o nosso país e que mostra o alto grau negativo de atenção que damos para esses jovens.

Ainda, segundo a Abrinq, 16,4% das adolescentes são mães antes dos 19 anos; 70% das crianças de zero a três anos não têm vaga em creches; 11,7 mil crianças e adolescentes foram vítimas de homicídios em 2017; 116 crianças morrem por dia no Brasil – a maior parte por causas evitáveis.

O Observatório do Marco Legal da Primeira Infância, lançado recentemente, que trata de assuntos relacionados a crianças de 0 a 6 anos de idade, mostra que quase a metade das crianças com até cinco anos no Brasil vive em casas pobres, onde a renda mensal não chega a meio salário mínimo por pessoa.

Muitas das crianças no Brasil são forçadas a trabalhar em plantações e carvoarias, nas ruas de grandes cidades, vendendo balas e pirulitos nos sinais: trabalho escravo e infantil. Segundo o IBGE, existem mais de 2,4 milhões, entre 5 e 17 anos, nessas condições subumanas e impiedosas.

Em dez anos, mais de 550 mil crianças e adolescentes foram vítimas de exploração sexual. Muitas violentadas. Em 2019, foram 17 mil casos no país, mas o número pode ter sido bem maior devido à subnotificação e ao preconceito social e racial.

O país tem de incluir 1,5 milhão de crianças, de zero a 3 anos, em creches até 2024, conforme a Meta 1 do Plano Nacional de Educação. Esse plano ainda previa que crianças de 4 e 5 anos estivessem matriculadas na pré-escola até 2016 — o que não aconteceu até hoje.

No início de 2020, o UNICEF alertou sobre o problema da evasão escolar no Brasil. Esse órgão da ONU apontou que mais de 2 milhões de crianças e adolescentes poderiam não retornar para uma sala de aula neste ano letivo.

A pandemia da Covid-19 fez emergir uma realidade: crianças pobres não têm acesso a internet, computador, tablet e celular, o que prejudicou o ensino e o aprendizado a distância. Cerca de 4,8 milhões de crianças e adolescentes, entre 9 e 17 anos, compõem esse cenário. A disparidade entre os que possuem condições é gigantesca.

De acordo com a Pnad Contínua 2017, cerca de 1,9 milhão de crianças e adolescentes continua fora da escola no Brasil. A maioria são pobres, negros, quilombolas e indígenas. E por serem vulneráveis acabam perdendo outros direitos

básicos que estão garantidos pela Constituição Cidadã.

O Brasil possui um instrumento dos mais eficazes dos direitos humanos da criança, com reconhecimento internacional. O Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser respeitado pelos governos – federal, estadual, municipal - e colocado em prática na sua totalidade.

Ele garante condições especiais, em cada ciclo da vida, para que, assim, as crianças e adolescentes tenham um desenvolvimento pleno. Garante também direito à convivência familiar e comunitária e direito a crescer livre de violência, opressão, discriminação e tratamento desumano.

A regulamentação da Lei da Renda Básica de Cidadania, com certeza, será fundamental para que as famílias possam ter alternativas de renda e de trabalho. Ela é necessária para preservar a vida de milhões de crianças, seja na segurança alimentar, seja no impedimento do trabalho infantil.

Neste 12 de outubro – Dia da Criança – temos que fazer um enorme esforço e refletirmos profundamente a atual situação da criança no país. Esses problemas, e há tantos outros que poderíamos citar aqui, são, infelizmente, invisíveis para grande parte da nossa sociedade.

Temos que ser radicais e intransigentes na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Sem essa condição, que passa, necessariamente, por decisões políticas, governamentais e de Estado, dificilmente conseguiremos modificar esse triste cenário de insensatez e desumanidade.

Cabe a cada um de nós aumentar a perseverança ao máximo, insistir para que o Poder Público priorize e dê mais atenção às nossas crianças e aos nossos adolescentes, dando maior ênfase em investimentos no orçamento da União e em políticas públicas.

Continuo a deixar que a criança da minha infância, de longos invernos e primaveras, rios da minha adolescência, amores sem fim, viva em meu peito e mostre o caminho que tenho que seguir.

Assim, vou vivendo, dia após dia, valorizando as coisas simples da vivência e do aprendizado, ouvindo, sonorizando, rabiscando os meus sentimentos acompanhado da bela canção que Tanguara nos deixou...

“O tempo passa e atravessa as avenidas. O fruto cresce, pesa e enverga o velho pé. O vento forte quebra as telhas e vidraças. O livro sábio deixa em branco o que não é. Que as crianças cantem livres sobre os muros”.

Paulo Paim
Senador

10 - Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento

Este dia é celebrado anualmente desde 2001 a nível mundial, com a promoção da UNESCO, sendo uma oportunidade para sublinhar o papel da ciência na edificação de um mundo melhor. Esta data é uma oportunidade para demonstrar ao público em geral a razão da ciência ser relevante para a vida diária das pessoas e para envolvê-las no debate sobre questões relaciona-

das com a ciência.

Neste dia são organizados vários eventos pelo mundo, como debates sobre o potencial da ciência para a sustentabilidade, e como a entrega de prêmios a investigadores, professores e estudantes, pelo seu trabalho. Todos os anos é escolhido um novo tema que serve de base para a celebração.



Saberes ancestrais, riqueza amazônica quase inexplorada



Uma Amazônia possível emerge em seminário na USP. Povos da floresta multiplicam ações locais e sustentáveis. É preciso fortalecê-las, mas também aprender com elas a superar visão arcaica de que matas são obstáculo econômico

O Seminário Internacional Construindo Diálogos sobre Governança Florestal teve início no passado dia 22/10, mas continuará nos dias 29/10, 5/11 e 12/11.

Durante os quatro anos de seu trabalho de campo na Terra Indígena Kaxinawá, em Feijó, no Acre, Tomaz Lanza localizou nada menos que 115 espécies vegetais comestíveis, de 26 famílias botânicas, representando 144 variedades locais. Eram 20 variedades de banana, 19 de mandioca e 11 de milho. Além disso, o doutorado de Lanza identifica 65 espécies utilizadas de plantas alimentícias silvestres, representativas de 22 famílias botânicas. Nesta entrevista, ele faz um excelente resumo de seu trabalho.

Vão na mesma direção os dados apresentados por Manuela Carneiro da Cunha, professora e-mérita da Universidade de Chicago (EUA), no seminário realizado pelo Grupo de Pesquisa em Governança Florestal, da USP (Universidade de São Paulo), que teve início no dia 22 de outubro último. Esta impressionante diversidade exprime práticas de populações descendentes de sociedades que, no período pré-colombiano, povoaram a Amazônia, chegando a alcançar, como mostram os trabalhos arqueológicos de Eduardo Neves, nada menos que oito milhões de pessoas. Na verdade, a riqueza da nossa maior biodiversidade florestal é tributária não apenas da natureza, mas também da cultura material e espiritual de povos que a habitaram por milhares de anos — e que foram quase inteiramente destruídos a partir da chegada dos europeus.

Apesar deste processo destrutivo, populações indígenas desempenham, até hoje, dois papéis

decisivos. Por um lado, as áreas em que vivem, no mundo todo, são as mais preservadas e contêm uma quantidade de carbono que, se liberada na atmosfera, poria a perder o gigantesco esforço que o mundo vem fazendo na luta contra as mudanças climáticas. Esta é uma das principais razões que explicam a imensa preocupação não só das organizações multilaterais de desenvolvimento, mas até de fundos privados de investimento com a floresta e os povos que nela habitam e dela vivem.

Além disso, os conhecimentos acumulados por estas populações representam valores fundamentais não apenas do ponto de vista prático, tecnológico e instrumental, mas sobretudo na maneira como são vividas e elaboradas as relações entre sociedades humanas e natureza. Estimular ou permitir a destruição destes modos de vida, sob o pretexto de “integrar” estas populações, é sacrificar uma imensa riqueza da qual elas são portadoras e da qual se orgulham.

É claro que estes modos de vida não são e não pretendem ser modelos para os comportamentos de quem não pertence a estas comunidades. Mas fortalecer estas populações, oferecer-lhes o acesso a meios de comunicação modernos, (a começar por internet de qualidade) garantir suas formas tradicionais de mobilidade, como realçou Manuela Carneiro da Cunha em sua apresentação no seminário da USP, respeitar sua integridade e, sobretudo, impedir que seus territórios sejam invadidos, são expressões do amadurecimento democrático de qualquer sociedade. Ao contrário, praticar catequese e cooptar lideranças para atividades econômicas que nada têm a ver com estas tradições refletem uma visão de mundo em que a diversidade e o privilégio representado por estes conhecimentos tradicionais não têm lugar.

Há um abismo entre o desmonte das políticas socioambientais brasileiras e as inéditas tomadas de posição de parcela fundamental do setor empresarial com relação à Amazônia. Na carta dos dezessete ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central, nos dez pontos expostos de forma coordenada pelos três maiores bancos privados do País e na Concertação recém-formada (e que reúne quase 200 pessoas, entre diretores de empresas, ativistas e cientistas), o mais importante não é apenas a tomada de posição contrária à ilegalidade, à criminalidade, à invasão de terras indígenas e áreas públicas. O mais importante, evidentemente, em graus variados, é o reconhecimento da contribuição fundamental das comunidades indígenas e ribeirinhas à tão desejada manutenção dos serviços ecossistêmicos que a floresta presta à própria vida no Planeta.

Este reconhecimento representa uma ruptura com uma ideia arraigada nas elites locais e nacionais desde a colonização, segundo a qual os povos da floresta não produzem, não trabalham e são obstáculos ao próprio crescimento econômico. Mas o que mostram os estudos apresentados por Eduardo Brondizio, professor da Universidade de Illinois, no seminário da USP, é a existência de inúmeros grupos organizados localmente — e que respondem pelo estabelecimento de regras referentes ao uso dos recursos florestais, cuja aplicação está relacionada com a preservação destes recursos.

A gestão comunitária de recursos florestais é hoje um dos mais férteis campos de investigação das ciências sociais. As pesquisas mais recentes lideradas por Brondizio localizaram 200 iniciativas econômicas em 600 lugares diferentes da Amazônia brasileira, em que populações locais (não necessariamente indígenas ou ribeirinhas) se organizam para levar adiante atividades compatíveis com a manutenção das florestas e dos rios.

É claro que a emergência de uma forte economia da sociobiodiversidade florestal na Amazônia não pode depender apenas dos povos da floresta. Sistemas agroflorestais são hoje praticados por agricultores familiares e por fazendeiros que percebem que a floresta não é obstáculo, e sim um ativo fundamental na produção de riqueza.

O importante e inédito é que começa a se formar uma cultura empresarial avessa à ideia de que a verdadeira ética do trabalho consiste em artificializar os ambientes naturais e manter à distância populações tradicionais. Ao contrário, o respeito, a relação construtiva com os povos da floresta e a aprendizagem de milênios de práticas agrícolas não destrutivas são contribuições capazes de alterar os modelos econômicos que têm marcado, até aqui, a destruição da Amazônia.

A governança capaz de, ao mesmo tempo, preservar a riqueza da floresta e propiciar à humanidade os benefícios que ela contém só pode emergir com base na radical valorização da diversidade, de um contínuo de atividades que vão envolver comunidades indígenas e ribeirinhas, assentados, mas também fazendeiros e grandes empresas. É assim que a governança florestal, um tema à primeira vista muito específico e quase técnico, pode representar uma contribuição decisiva ao fortalecimento da democracia e ao reconhecimento do valor fundamental da diversidade, não só na política e na cultura, mas também na vida econômica.

Ricardo Abramovay

02 - Dia Internacional pelo Fim da Impunidade dos Crimes contra Jornalistas

A data foi criada pela ONU em dezembro de 2013 com a resolução A/RES/68/163, após o assassinato de dois jornalistas franceses no Mali a 2 de novembro de 2013. A primeira celebração deste dia internacional em defesa dos jornalistas ocorreu em 2014.

Segundo as Nações Unidas, nos últimos 10 anos morreram 700 jornalistas apenas por fazerem o seu trabalho e 90% dos casos de violência contra os jornalistas não são devidamente punidos.

Nesta data a ONU denuncia casos de violação dos direitos humanos dos profissionais dos meios de comunicação social espalhados pelo mundo e apela aos governos e às organizações para tomarem medidas que impeçam e castiguem essas violações.

Na última década registaram-se 700 mortes de profissionais de imprensa,

alerta a organização Repórteres Sem Fronteiras. Os números revelam que é cada vez mais arriscado ser jornalista.*

O número de jornalistas detidos arbitrariamente, torturados e assassinados é uma tendência crescente no mundo. Na última década foram registradas 700 morte, informa o Repórteres sem Fronteiras. “Apesar dos esforços, muito mais deveria ser feito para acabar com a impunidade e proteger os jornalistas.

Ouvimos diariamente novos casos de morte e isso é extremamente preocupante”, afirmou Delphine Halgand, diretora da organização Repórteres Sem Fronteiras, em Washington.

Escravidão moderna e seus guardiões



A estimativa do Banco Mundial é que cerca de 5,4 milhões de brasileiros atinjam a extrema pobreza, chegando ao total de 14,7 milhões de pessoas até o fim de 2020

Leonardo de França

A forma mais eficiente de dominação de uma classe social sobre as demais, se desenvolve quando as características da dominação pareçam “naturais”, absolutamente “normais”. Quando no Brasil vigorava a escravidão, essa não só era tida como natural pela maioria da população, como também não faltava quem se ocupava em listar argumentos defendendo as “vantagens” do sistema escravocrata. Segundo alguns desses argumentos, como as pessoas são diferentes, seria “natural” que os mais inteligentes, com maior conhecimento, possuídos de maior moralidade, ou mais fortes fisicamente, escravizassem os inferiores nesses quesitos. Durante todo o longo período de escravidão no Brasil não faltaram “especialistas” que listavam grandes vantagens da existência do sistema. Alguns autores iam mais longe e “provavam” que o fim da escravidão no Brasil encaminharia a economia brasileira para o colapso.

Segundo a Lei Orçamentária Anual – LOA/2020, neste ano o Brasil irá gastar quase meio trilhão de reais com a dívida pública, cujos credores são cerca de 20.000 famílias de ultra milionários, sendo que boa parte deles nem mora no país. É um dispêndio em torno de R\$ 1,1 bilhão de reais todo santo dia, transferido para cerca de 200.000 pessoas. Isso funciona assim há muitas décadas e pouca gente comenta o assunto. É como se tal transferência de recursos, principal causa do déficit público, fosse um mandamento bíblico, ou estivesse escrito em bronze nas estrelas. Quando o tema aparece nos cadernos de economia da grande imprensa, as abordagens são sempre no sentido de defender os pagamentos da dívida. Qualquer ideia que sequer proponha discutir os fundamentos do problema sofre pesada crítica dos “analistas” desses meios, na prática fiéis porta vozes dos

A Onça e a Justiça

Uma onça caiu numa cova bem funda e não podia mais sair de lá. Passou uma raposa e a onça pediu à raposa:

— Tira-me daqui!

A raposa respondeu:

— Isso eu não faço não, se eu te tiro daí, tu me comes.

A onça implorou a raposa, que perguntou:

— O que me fazes se te tiro daí?

A onça respondeu:

— Te faço justiça.

— Então, tu não me comes?

— Não, eu te faço justiça.

banqueiros.

Na outra ponta, os jornais da mesma imprensa comercial alardeiam, quase todo santo dia, que o governo gastou tantos bilhões com o Auxílio Emergencial, o que, segundo tal abordagem, pode estrangular a gestão da dívida pública, tornar o Estado insolvente, ou provocar inflação. Ciente do que pode esperar do Estado Capitalista, no início da pandemia Paulo Guedes não queria conceder nada a título de Renda Emergencial para a população. Mesmo tendo ciência de que se avizinhava uma crise econômica e sanitária de proporções inéditas no país. A proposta do governo era zero de auxílio, as pessoas que ficassem sem renda que “se virassem”. Depois de um enfrentamento no Congresso, chegou-se ao valor de R\$ 600,00, sendo que uma parte do dinheiro, inclusive, nunca chegou no bolso de uma parte dos trabalhadores, por razões variadas.

Ao mesmo tempo, e sem pestanejar, o governo liberou R\$ 1,216 trilhão para os banqueiros, ainda em março, valor que chegou rapidamente ao seu destino. O objetivo do recurso, equivalente à 17% do PIB, era o de “manter a liquidez no sistema”, isto é, a disponibilidade de dinheiro para que os bancos pudessem operar normalmente. Essa diferença radical de tratamento (entre trabalhadores pobres e bancos muito ricos) foi encarada por 99,5% dos brasileiros (os que tomaram conhecimento do fato), como “absolutamente natural”.

A naturalização da exploração é tão grande, que uma parte dos dirigentes partidários, mesmo nas agremiações de esquerda, está defendendo os R\$ 600,00 como uma “renda mínima” de dignidade para o trabalhador desempregado ou subempregado. Mas, será que esse valor pode mesmo dar dignidade para um trabalhador açoiado pelas necessidades humanas? Segundo o DIEESE, em 7 das 17 capitais pesquisadas, a cesta básica está custando mais do que de R\$ 500,00. Essa não é uma cesta para uma família e sim para uma pessoa adulta suprir suas necessidades alimentares básicas.

Há muitos anos o movimento sindical brasileiro tem uma referência de salário mínimo “necessário” para o trabalhador e sua família suprirem suas necessidades básicas, que são previstas pela Constituição Federal desde 1946. Com o referido cálculo, que é bastante simples, o DIEESE procura chegar a um valor do salário mínimo necessário para o trabalhador suprir o que está previsto na Constituição Federal em seu Artigo 7º, inciso VI, que estabelece como um direito dos trabalhadores da cidade e do

A raposa, então, pendurou o rabo no buraco e a onça segurou-o. E assim a onça saiu do buraco.

Mal a onça se viu livre, quis comer a raposa. E esta lhe disse:

— Ora, que justiça é esta?

A onça replicou:

— Eu tenho direito de lhe comer, pois estou com fome.

A raposa:

— Isto não é justiça, vamos procurar justiça.

Então, foram andando e passou um cachorro.

Perguntaram a ele o que é justiça e contaram o caso. Então, o cachorro disse:

— Coma o que tem.

E a raposa falou:

campo. Atualmente o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE é de R\$ 4.892,75, o que corresponde a 4,68 vezes o salário mínimo vigente de R\$ 1.045,00. Este é o mínimo necessário para uma família de 4 pessoas (dois adultos e duas crianças) suprirem suas necessidades alimentares mensais.

O Brasil tem 29,4 milhões de trabalhadores de carteira assinada no setor privado, o menor número já registrado na série histórica, iniciada em 2012. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE. O salário médio desses trabalhadores de carteira assinada, que são uma “elite” no Brasil (dado o processo de destruição do mercado de trabalho), é atualmente de R\$ 2.535,00. O fato do salário, ser equivalente a 56% do salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE, é encarado como algo absolutamente natural.

No início deste mês, num intervalo de uma rodada de negociação coletiva, em conversa com um executivo de uma grande empresa brasileira, eu mencionava alguns dados preocupantes sobre o fenômeno da fome no Brasil. Como por exemplo, o absurdo de que no segundo maior produtor de alimentos do mundo, 41% da população sofra, em algum nível, de insegurança alimentar. Na conversa, afirmei que o fato, por si só, resume o abissal atraso econômico, político, e social do Brasil. Seria o preço a pagar pelo nosso subdesenvolvimento. O meu interlocutor imediatamente discordou da afirmação e lembrou que há estudos que revelam que a fome existe em todos os países do mundo e, em boa parte, faz parte da natureza das sociedades modernas. Portanto, para ele, seria “natural” que, mesmo em sociedades industrializadas e desenvolvidas, permaneça uma parcela razoável da população que passe fome com regularidade.

A expressão “natural”, nesses casos, vem também com o sentido de “imutável”, sempre foi assim e sempre será. Como era no tempo da escravidão: os defensores do sistema afirmavam que era um sistema natural, portanto a ação humana não poderia alterar. Dessa conversa com o diretor da empresa ficou o aprendizado prático: por piores que sejam as condições de exploração de uma classe social sobre a outra, por mais sórdidas que sejam as formas de dominação, sempre haverá setores de classe média, que se beneficiam do funcionamento do sistema social, que o defenderão com ainda mais veemência do que os próprios detentores do Capital.

José Álvaro Cardoso

— Então, coma ele, que é mais gordo do que eu.

Mas o cachorro pulou a cerca que estava perto e a onça não pôde agarrá-lo.

A onça e a raposa continuaram a procurar alguém que dissesse o que é justiça. Nenhum animal, porém, sabia dizer com certeza.

Então, viram pulando um sapo e indagaram dele o que é justiça. Ele declarou que precisava ver como foi a situação. A onça aí pulou dentro do buraco para mostrar como foi. E o sapo disse:

— A justiça está nisto; a onça fica onde está e a raposa segue o seu caminho.

Contos Populares



Língua Portuguesa: 50 pleonasmos que você deve evitar de usar

A Língua Portuguesa é um idioma belíssimo e convém não estragar tudo com o uso excessivo e repetitivo de certas palavras, ou seja, pleonasmos.



A Língua Portuguesa é um idioma único e riquíssimo, tanto em palavras como em expressões. Hoje em dia é cada vez mais importante falar português de forma correta, seja em contexto familiar ou em contexto profissional. Afinal de contas, um mau uso da Língua Portuguesa pode causar uma péssima impressão. Um dos exemplos mais frequentes de uso incorreto da Língua Portuguesa é a frequência demasiado exagerada com que os falantes recorrem aos pleonasmos, ou seja, a repetição desnecessária de certas palavras.

O termo pleonasmo tem origem no grego. A partir de polys (muito) formou-se pleon, que por sua vez originou pleonasein, que significa “ser mais que o suficiente”. De pleonasein nasceu a palavra pleonasmos, que em português perdeu o “s” final e ganhou o significado de “redundância”.

O pleonasmo é uma figura de linguagem que se caracteriza, basicamente, pelo emprego de palavras que produzem redundância. Ele pode ser dois tipos: literário ou vicioso.

Pleonasmo literário: O pleonasmo literário consiste no uso de palavras redundantes com o objetivo de enfatizar o que está a ser dito. É chamado de literário porque é frequentemente empregado por escritores, poetas e compositores como recurso estilístico.

Pleonasmo vicioso: Também chamado de perissologia. Acontece quando palavras redundantes são utilizadas sem nenhuma função, já que o sentido completo da mensagem já foi expresso por outras palavras que vieram antes. Como o próprio nome indica, o pleonasmo vicioso é um vício de linguagem.

Os 50 pleonasmos mais comuns da Língua Portuguesa

- 1) Subir para cima.
- 2) Descer para baixo.

- 3) Sair para fora.
- 4) Entrar para dentro.
- 5) Cego dos olhos.
- 6) Gritar alto.
- 7) Pessoa humana.
- 8) Hemorragia de sangue.
- 9) Viúva do falecido.
- 10) Acabamento final.
- 11) Certeza absoluta.
- 12) Quantia exata.
- 13) Países do mundo.
- 14) Juntamente com.
- 15) Expressamente proibido.
- 16) Em duas metades iguais.
- 17) Sintomas indicativos.
- 18) Há anos atrás.
- 19) Vereador da cidade.
- 20) Outra alternativa.
- 21) Detalhes minuciosos.
- 22) A razão é porque.
- 23) Anexo junto à carta.
- 24) De sua livre escolha.
- 25) Monopólio exclusivo.
- 26) Conviver junto.
- 27) Ganhar grátis.
- 28) Encarar de frente.
- 29) Multidão de pessoas.
- 30) Amanhecer o dia.
- 31) Criação nova.
- 32) Retornar de novo.
- 33) Empréstimo temporário.
- 34) Surpresa inesperada.
- 35) Repetir de novo.
- 36) Planejar antecipadamente.
- 37) Abertura inaugural.
- 38) Continua a permanecer.
- 39) Elo de ligação.
- 40) última versão definitiva.
- 41) Baseado em factos reais.
- 42) Na minha opinião pessoal.
- 43) Maluco da cabeça.

- 44) Possivelmente poderá ocorrer.
- 43) Goteira no teto.
- 44) Canja de galinha.
- 45) Propriedade característica.
- 46) Enfarte do coração.
- 47) A seu critério pessoal.
- 48) Comparecer pessoalmente.
- 49) Sorriso nos lábios.
- 50) Protagonista principal.

Não devemos confundir o pleonasmo com batologia

A batologia, também conhecida como chavões ou bordões, são palavras ou sons que dizemos de maneira totalmente involuntária que não contribuem com nada de relevante na comunicação. O uso de bordões em pequenas doses não é problemático, mas quando empregados com abuso tornam empobrecida a mensagem transmitida.

Por outro lado, os bordões transmitem insegurança ao falante, falta de preparação e pouco conhecimento sobre determinado assunto. Entre os chavões mais comuns, podemos destacar os seguintes: terminar as frases com o famoso “né”, iniciar uma frase dizendo “o que eu quero dizer” ou repetir sem justificativa as palavras bem, então, é verdade.

Tanto os bordões como os pleonasmos têm algo em comum, uma vez que em ambos os casos há um componente repetitivo que distorce a comunicação.

Outros vícios de linguagem

Pleonasmos e bordões não são os únicos vícios de linguagem. Os barbarismos são erros gramaticais que consistem em pronunciar ou escrever incorretamente as palavras (escrever peneu ao invés de pneu ou cidadãos no lugar de cidadãos). O dequeísmo está baseado no uso indevido da preposição “de”, por exemplo, “Os vizinhos são da opinião de que a segurança é deficiente” está incorreto, sendo “Os vizinhos acham que a segurança é deficiente” o certo.

A anfibologia ocorre quando as ideias expressas podem ser interpretadas com um sentido muito diferente, por exemplo, quando afirmo “este é o porco do meu amigo”, não se sabe se o seu amigo tem um porco ou se está a insultar o amigo.

Filipe de Sousa

9 - Dia Internacional Contra o Fascismo

O Dia Internacional Contra o Fascismo e o Antissemitismo é comemorado anualmente a 9 de novembro.

A data alude à noite do dia 9 de novembro de 1938, que ficou conhecida como a Noite de Cristal e como o início de um dos episódios mais sombrios da história da humanidade: o Holocausto.

De 9 para 10 de novembro de 1938 incendiaram-se centenas de sinagogas, profanaram-se cemitérios judaicos, destruíram-se e saquearam-se mais de 7500 lojas, mataram-se centenas de pessoas e 30 a 35 mil judeus foram deportados. O pretexto para estas ações foi o assassinato do secretário da embaixada alemã em Paris, Von Rath, cometido por um jovem judeu polaco, a 7 de novembro.

A doutrina fascista e anti semitista do nazismo seria responsável por mais de 6 milhões de mortes. A data é recordada anualmente não só pelo alemães, mas também pela Europa e um pouco por todo o mundo, com o Dia Internacional Contra o Fascismo e o Anti-Semitismo.

O dia foi criado pelo Parlamento Europeu, tendo em vista a luta contra o racismo e a xenofobia na União Europeia. Dizer não ao fascismo e ao anti-semitismo é o objetivo da data.

Curiosamente o dia 9 de novembro marca também a queda do muro de Berlim, em 1989.

Em nomes de animais brasileiros, a resistência Tupi



Colonizadores tentaram renomeá-los: jaguar virou “onça”, tapir ficou “anta”. Alguns, viraram híbridos: lobo-guará, tamanduá-bandeira, sapo-cururu. Mas língua indígena venceu, por maioria esmagadora: sabiá, tamanduá, perereca, jabuti

Já nascida sob a suspeita de que mais vai servir para reduzir os pacotes de dinheiro lavado no caixa dois, a nota de R\$ 200,00 merece ser saudada por uma característica lícita: a estampa do lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*). O nome do maior canídeo da América do Sul chama atenção para o hibridismo de muitas designações da fauna do Brasil – apesar de a maioria das denominações de bichos, plantas e acidentes geográficos dadas pelos índios terem sido mantidas pelos portugueses, em caso singular, ressaltado por Gilberto Freire, de colonizador que adotou o idioma do colonizado – mesmo com tentativa em contrário do marquês de Pombal. Ficaram no idioma, no entanto, muitas combinações lexicais bilíngues. No caso, lobo-guará associa a portuguesa lobo, originária da latina *lupus*, à tupi (a)guará (“pelo de penugem”). Também era chamado de aguaraçu.

A hibridez se repetiu em surucucu-pico-de-jaca ou cobra-topete (*Lachesis muta*), a víbora que os índios chamavam apenas de surucucu (“que dá muitas dentadas”) ou surucucutinga, em que tinga é um pospositivo do tupi para branco. E ainda há outras que mantiveram o primeiro nome em tupi, como anu-preto/branco, araponga-da-horta, ariramba-verde, jararaca-dormideira, mandi-pintado, perereca-azul, preá-da-índia, sabiá-laranjeira, seriema-de-pé-vermelho, tamanduá-bandeira, tatu-canastra/bola, tucano-cachorrinho, urutu-cruzeiro e muitíssimas mais denominações de bichos a que ao nome indígena original acrescentou-se uma achega portuguesa. Em sapo-cururu e tartaruga-aruanã, o tupi foi para o final. Em marimbondo-mangangá, o quimbundo africano ficou na frente. Mas em tucano-pacova e tuiú-mirim só deu tupi – e esta abelha ainda tem outro nome indígena, irai.

Os primeiros lusos a palmilhar o território do Brasil tomaram os animais em comparação com os que conheciam de outras terras ou deram aos locais nomes dos que lá existiam, a exemplo do papagaio, de que Pedro Álvares Cabral tinha um espécime de estimação na nau capitânia. Quando viram o ajeru, os índios “acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali”, segundo o relato de Pero Vaz de Caminha. O escrívão, embora mais atento na flora (errou ao achar que mandioca era inhame), ainda citou outras aves, a exemplo de rolas e pombasseixas, e camarões, a que os índios chamavam poti.

Os relatos de naturalistas, a começar do Padre José de Anchieta e sua Carta de São Vicente,

de 1560, contribuíram para substituir uma e outra designação do tupi por palavras portuguesas, pois se esforçavam para comparar os bichos com seus conhecidos do Velho Mundo. Às vezes recorriam a analogias, como chamar a cobra de cascavel por causa do guizo que ela tem no rabo, porque a palavra originária do provençal definia um chocalho. O padre Antônio Vieira, no Sermão da epifania, refere-se ao um incerto porco-montês, que em rigor é o javali, inexistente em nossa fauna, e talvez fosse o caititu. Mas a força e tradição da taxonomia indígena prevaleceram para designar a esmagadora maioria das estimadas 116 mil espécies da fauna do Brasil.

A que talvez seja a menor delas, coisinha de 1 mm, apesar de chamada carrapato-estrela, é um ácaro que causa terrível coceira testicular com o nome de tupi de mucuim (*Amblyomma cajennense*). A maior das espécies, a anta (300 kg, 2,5m), ficou mais conhecida pelo nome vindo do árabe, lamta, uma espécie de antílope, mas a denominação tupi tapir se impôs ao mundo e passou ao alemão, espanhol, francês, inglês, línguas escandinavas e até ao javanês (tapir) e italiano (tapiro), e ainda entrou no nome científico do animal, *Tapirus terrestres*. O nome árabe aportuguesado foi usado até pela corrente nacionalista do Modernismo (Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia), agrupada no Movimento Verde-Amarelo, que, apesar de exaltar os indígenas e o tupi como garantes da identidade nacional, fundaram o Grupo da Anta, ignorando tapir. As sátiras de Oswald de Andrade ao grupo teriam dado origem à lenda de que a anta é um animal estúpido.

Muitos nomes trocados pelos portugueses prevaleceram como exceções, aqui citadas em poucos exemplos: abutre (urubu), beija-flor e colibri (guanambi), cachorro-do-mato (graxaim), cachorro-vinagre (janauí), cágado (jabuti), caranguejo (uaçá), carrapato-pólvora (mucuim), cascavel (boiquira, boicinga), cervo-do-pantanal (suaçuetê), cobaia ou porquinho-da-índia ou preá-da-índia (preá), cobra (boia), cobra-topete (surucucu), gaivota (atiati), gato-do-mato (maracajá), gavião-real ou harpia (acangoera, uiraçu), gavião-tesoura (tapema), lontra (jaguacacaca), onça-d’água (ariranha), peixe-boi ou lamantin (guaraguá), ema (nandu), pomba (picaçu), papa-mel (irara), papagaio (ajeru), pato (ipeca), pernilongo (carapanã), porco do mato (caititu, que deu cateto), porco-espinho (coandu), ou preguiça (aí, aigue), queixada (sabacu, tacuité, taguicati, tajaçu, tanhaçu, tanhocati), vaga-lume (uauá), veado (suaçu), vespa (caba). E ainda registre-se que o lobo-guará tem uma alcateia nominal só em português: lobo-de-crina, lobo-vermelho, lobo-de-juba.

As notas do real em circulação já imprimem essa substituição. A de R\$ 1,00 leva a estampa do beija-flor, que em tupi é guanambi para as muitas espécies em voo. Na de R\$ 2,00, aparece a tartaruga de pente (*Eretmochelys imbricata*), que os índios chamavam de iurucuá. Para a de R\$ 5,00, ficou a garça-branca (*Casmerodius albus*), de origem obscura, que em tupi chamava guiratinga. Na de R\$ 10,00, prevaleceu o nome indígena: arara (*Ara chloroptera*). Já na de R\$ 20,00, mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), o saguipiranga, macaco vermelho. A garoupa da nota de R\$ 100,00, nome de várias espécies do gênero *Epinephelu*, era piracuca para os índios.

Pulamos a cédula de R\$ 50,00 porque a onça-

pintada merece destaque como um caso de etimologia desconcertante. Onça é palavra de origem francesa (once < latim *lyncea* < *lynx*) que tomou o lugar da tupi jaguar – mas apenas no Brasil. Como ocorreu com anta, exportamos o termo autóctone que nomeia majestosa espécie de nossa fauna e importamos um estrangeiro para substituí-lo. Só que são animais diferentes. A confusão começou com os portugueses que chamaram os felinos do Brasil de lince, leopardos, panteras e tigres, animais que conheciam de outras colônias. Em Portugal havia um lince, *Felis Pardina*, também de couro pintado.

A substituição de jaguar por onça já começou na Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil do padre Anchieta, para uso na conversão do gentio, manuscrita em 1555 e publicada em Coimbra em 1595: “Pedro jagoára ojucá, Pedro matou a onça.” Na Carta de São Vicente, no entanto, Anchieta chamou o jaguar de pantera – e estava certo antes da palavra, pois pantera veio a designar o gênero de felinos de grande porte que inclui o jaguar (*Panthera onca*), o leão (*Panthera leo*), o tigre (*Panthera tigris*) e o leopardo (*Panthera pardus*) e ainda dá nome aos leopardos melânicos (*Panthera pardus melas*). Fernão Cardim, nos Tratados da terra e da gente do Brasil, se refere ao bicho “muito cruel, e feroz” como “onças, umas pretas, outras pardas, outras pintadas...” – já se verificando as distinções que ficariam consagradas.

Se no Brasil jaguar é onça, no francês é jaguar. Lá onça é uma pantera do Oriente, tal como registra o dicionário Robert: “Onça – Grande felino selvagem do Himalaia...” E a espécie brasileira? “Jaguar – Grande mamífero carnívoro da América do Sul.” Georges-Louis de Buffon, em *Histoire naturelle*, de 1868, é explícito ao definir jaguar: “Nome de um animal do Brasil que adotamos para o distinguir do tigre, da pantera, da onça e do leopardo”. Ou seja, jaguar (*Panthera onca*) e onça (*Panthera uncia*) são espécies diferentes, e esta é o leopardo-das-neves. A espécie parda (*Felis concolor*), suçuarana em tupi, também é chamada de leão-baio, onça-parda, onça-vermelha e pelo espanholismo < quáchua puma.

Além de onça, a influência léxica francesa no português do Brasil foi tão grande que incluiu colibri para o beija-flor, lamantino, para o peixe-boi que os índios chamavam de guarabá e os jesuítas de boi marinho, e ocelote para a jaguatirica. Nada de espanto, pois até fauna (faune) e flora (flore) vieram do francês. Se exportamos selva (selve), importamos floresta de forêt < forest.

Os portugueses só não tiveram engenho e arte para renomear um fabuloso monstro que os índios diziam emergir do mar em busca de presas vivas – para beber-lhes o sangue e comer-lhes as vísceras. Talvez seja, ao lado da do boitatá, a primeira lenda brasileira, divulgada com tintas de veracidade pelo cronista-naturalista Pero de Magalhães Gandavo no Tratado da terra do Brasil (a1573), a partir da façanha de um certo Baltasar que em 1564 teria abatido um de 15 palmos com sua espada e o exibido ao público na vila de São Vicente. Tiveram de se contentar com nome dado pelos índios, ipupiara, de dentro da água.

A estampa do imaginário ipupiara iria bem numa nota falsa de três reais.

Sérgio Buarque de Gusmão

É assim que a verdadeira "descolonização" deveria ser



Descolonize esse lugar!" "Descolonize a universidade!" "Descolonize o museu!"

Nos últimos anos, a descolonização ganhou uma nova compreensão política – dentro das fronteiras das antigas potências coloniais. Movimentos indígenas reivindicaram o manto da "descolonização" em protestos como os de Standing Rock contra o gasoduto Acesso Dakota. Estudantes da África do Sul até a Grã Bretanha marcharam com o slogan para desafiar os currículos eurocêntricos. Museus como o Museu de História Nacional em Nova Iorque e o Museu Real da África Central em Bruxelas foram forçados a confrontar sua representação dos povos africanos e indígenas colonizados.

Mas o que é a "descolonização"? O significado da palavra e o que ela demanda têm sido contestados há um século.

Depois da Primeira Guerra Mundial, os administradores coloniais europeus viam a descolonização como o processo no qual eles permitiriam que seus encargos imperiais transicionassem até uma independência seguindo o modelo dos estados europeus. Mas no meio do século 20, ativistas anticoloniais e intelectuais demandaram a independência imediata e se recusaram a modelar suas sociedades segundo os termos estabelecidos pelos imperialistas. Entre 1945 e 1975, enquanto as batalhas por independência eram vencidas na África e na Ásia, o número de membros da ONU cresceu de 51 para 144 países. Naquele período, a descolonização era principalmente política e econômica.

Enquanto mais colônias ganhavam independência, no entanto, a descolonização cultural se tornou mais significativa. A dominação política e econômica europeia coincidiu com o eurocentrismo que valorizava a civilização europeia como o ápice da conquista do homem. Tradições culturais indígenas e sistemas de conhecimento foram menosprezados tidos como ultrapassados e não civilizados. Os colonizados eram tratados como pessoas sem história. A luta contra esse comportamento foi central especialmente em colônias onde a expulsão de instituições indígenas foi mais violenta.

Na África do Sul, onde o reconhecimento com a persistência do regime colonial tomou conta da política nacional, reacenderam os últimos pedidos de descolonização em 2015 com o movimento #RhodesMustFall. Estudantes da Universidade da Cidade do Cabo atacaram a estátua

do imperialista britânico Cecil Rhodes, mas viram sua remoção como somente o ato de abertura de uma luta ampla para pôr fim à supremacia branca. Com os slogans de "mais que uma estátua" e "descolonize a universidade", estudantes pediram por transformações sociais e econômicas para desfazer hierarquias raciais que persistem na África do Sul pós-apartheid, junto com um currículo afro-centrado e ensino superior gratuito.

Agora, parcialmente surfando na onda global das mobilizações do Black Lives Matter, pedidos de descolonização varreram as ex-metrópoles imperiais europeias. Em Bristol, na Inglaterra, no mês passado, manifestantes derrubaram a estátua de Edward Colston, o diretor da Companhia Real Africana, que dominou o comércio de escravos africanos nos séculos 17 e 18. Na Bélgica, manifestantes focaram na estátuas do Rei Leopold II, que comandou o Estado Livre do Congo (hoje República Democrática do Congo) como sua propriedade pessoal de 1885 até 1908. O Rei Phillippe II da Bélgica recentemente expressou seu "arrependimento" pelo regime brutal de seu antecessor, que causou a morte de 10 milhões de pessoas.

O colonialismo, os manifestantes insistem, não apenas configurou o sul global. Fez a Europa e o mundo moderno. Lucros do comércio de escravos alimentaram o crescimento de cidades portuárias como Bristol, Liverpool e Londres enquanto a economia do Atlântico que a escravidão criou ajudou a alimentar a Revolução Industrial. O Rei Leopold acumulou uma riqueza vinda do Congo de mais de 1 bilhão de dólares atuais. Sua visão do Museu Real da África Central, que abriu em 1910 logo após sua morte, reproduziu uma narrativa de um atraso africano enquanto escondeu a exploração violenta dos congolezes.

Ao derrubar ou vandalizar essas estátuas, os manifestantes escancaram a narrativa nacional e forçaram uma confrontação com a história do império. Essa é uma descolonização do mundo sensorial, a ilusão de que o império era em outro lugar.

Colocar uma bandeira da República Democrática do Congo na estátua do Rei Leopold ou carregar a estátua de Colson até o mar, onde milhares de mulheres e homens escravizados perderam suas vidas, rasga as fronteiras entre passado e presente, metrópole e colônia. Insistindo na presença do passado, os manifestantes revelam o romance da Europa consigo mesma, desmascarando suas conquistas políticas e econômicas como produto da escravidão e da exploração colonial.

Esse reconhecimento histórico é somente o primeiro passo. Reconhecer que a história colonial molda as atuais desigualdades e hierarquias que embasam o mundo, prepara o terreno para o próximo passo: reparação e compensação.

A reparação não será algo feito uma única vez. A comunidade caribenha já exigiu reparações pela escravidão e pelo genocídio indígena da

Grã-Bretanha, França, Espanha e Holanda. Embora haja pouca movimentação em relação aos estados, a Universidade de Glasgow concordou, no ano passado, em pagar 25 milhões de dólares para pesquisas e desenvolvimento com a Universidade das Índias Ocidentais em reconhecimento pelos benefícios que a universidade usufruiu por causa dos lucros do comércio transatlântico de escravos.

Os Herero da Namíbia, que sofreram o primeiro genocídio do século 20 nas mãos da Alemanha, também pediram por reparação. Seus esforços seguiram os pedidos exitosos por reparações feitos pelos Mau Mau do Quênia, que foram torturados durante a brutal repressão britânica ao seu movimento de independência em meados do século 20. Em outros contextos, ativistas vêm focando na devolução de artefatos saqueados que enchem os grandes museus europeus. A França, por exemplo, se comprometeu a devolver 26 obras de arte roubadas ao Benin.

Mas as reparações não deveriam focar somente nas ex-colônias e nas suas relações com estados europeus. O colonialismo vive dentro das fronteiras europeias, e a própria Europa deve ser descolonizada. Os europeus negros vivenciam a discriminação na educação e no emprego, são estereotipados por causa de sua raça e sofrem violências racistas nas mãos de policiais e compatriotas.

A União Europeia recentemente declarou que "Vidas Negras Importam", mas suas políticas negam direitos iguais aos negros, os encarceram em campos e os afogam no Mediterrâneo. O imperialismo além mar já foi tido como uma necessidade política para os estados europeus; hoje, a política anti-imigração cumpre o mesmo papel. Em todo caso, legisladores europeus negam responsabilidade pela miséria que causam.

Reparação e compensação são devidas tanto aos europeus negros quanto às ex-colônias europeias. Significaria tratar os europeus negros e todos os migrantes do mundo colonizado como participantes iguais da sociedade europeia. E essa forma de reparação não pode ser percebida como uma transação excepcional. Ao invés, deve ser a base da construção de uma Europa inclusiva e igualitária.

Essa não é uma tarefa fácil e não vai acontecer da noite para o dia. Mas devemos nos lembrar que apenas 80 anos atrás, o comando colonial parecia ser um recurso estável e quase permanente da política internacional. Em apenas três décadas, nacionalistas anticoloniais transformaram o mapa mundial.

A luta pela igualdade racial na Europa é uma luta por uma condição verdadeiramente pós-colonial, e sua criação está subentendida a cada estátua derrubada. Se o colonialismo fez o mundo moderno, a descolonização não pode ser completa até que o mundo – incluindo a Europa – seja refeito.

Artigo publicado originalmente em 'The New York Times' Tradução de Isabela Palhares

05 - Dia Nacional da Língua Portuguesa

Atualmente, a língua portuguesa é o 5º (quinto) idioma mais falado do planeta.

No Brasil, o Dia Nacional da Língua Portuguesa

foi criado a partir do decreto de lei nº 11.310, de 12 de junho de 2006, estipulando a celebração para o dia 5 de novembro.

A escolha desta data é uma homenagem ao escritor e político brasileiro Ruy Barbosa, que nasceu em 5 de novembro de 1849, e é considera-

do um grande estudioso da língua portuguesa.

Existem nove países que adotam o português como idioma oficial: Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné-Bissau.

A falácia da aplicação financeira vista como Investimento



Há décadas estão nos impingindo uma deformação de conceito pelo qual a colocação de recursos em aplicações financeiras implicará em investimentos produtivos.

No entanto, a aplicação financeira visa o máximo retorno, mais rápido e sem risco, portanto incompatível com investimento em patrimônio produtivo real, que acarreta risco e longo prazo de retorno.

No Brasil nos acostumamos a ouvir que precisamos atrair capitais estrangeiros para gerar crescimento e empregos. Isso ocorrerá somente se houver investimento para aumentar a produção de bens e serviços, senão significará simples transferência de propriedade e de seus benefícios, sem impactos reais na economia.

Historicamente se verifica a entrada de recursos estrangeiros, como se investimento fosse, destinados à compra de ativos rentáveis em plena produção, já amortizados, e com seus mercados. São uma mera aplicação financeira, apenas para exploração do lucro auferido dos brasileiros e sua remessa ao exterior, sem compromisso com investimento produtivo no País para a expansão da capacidade instalada ou dos serviços, emprego, renda e tecnologia.

Isso já ocorreu na desnacionalização de nossa produção siderúrgica, petroquímica, geração de eletricidade, da malha ferroviária, ativos da Petrobrás como gasdutos, BR-Distribuidora, Liqüigás, entre outras, que não tiveram qualquer crescimento significativo. Chega-se ao cúmulo do BNDES financiar, com poupaça nacional, essas entregas de nosso patrimônio, como no caso da Vale do Rio Doce.

Por outro lado, os compradores são fundos financeiros e empresas estrangeiras, privadas e estatais, desconsiderando-se completamente que foi graças a competência brasileira que se realizou, em 50 anos, um maiúsculo desenvolvimento do País, nos tirando de uma economia agro-pastoril, em 1930, estrangulada por monopólios estrangeiros, para uma pujante economia industrial, que agora está sendo destruída.

Essa falácia continua ocorrendo na venda de ativos rentáveis das estatais, concessões e de nosso parque produtivo, em que os proprietários estrangeiros desses patrimônios estão fazendo uma aplicação financeira, sem qualquer compromisso em investir produtivamente no País, pois com isso gerariam um concorrente internacional, abririam mão de um mercado importador cativo e diminuiriam seu poder geopolítico pelo aumento de nossa autonomia.

Fica fácil entender que o rendimento exportado jamais voltará para nosso desenvolvimento econômico e social, mantendo e agravando nossa dependência.

Esse quadro é mais agravado ainda, pois o que resta de nossa produção continua submetida a uma competição desigual com a estrangeira, ao ter que arcar com o “Custo Brasil”, as maiores taxas de financiamento do mundo, à queda na qualidade da educação da população, um rendimento financeiro superior ao obtido na produção, entre outros.

A falta de investimento real na produção nacional aumentará a dependência do exterior, pois acabará limitando a oferta de produtos e serviços nacionais. A saída será eles aumentarem constantemente os preços até viabilizar sua importação a preços internacionais, ou ainda maiores, como o Preço de Paridade Internacional (PPI), de Pedro Parente, para uma sociedade com renda mais baixa e em queda. Além disso, se está aniquilando a capacidade de pesquisa e a engenharia nacionais, tornando, cada vez mais, remota a possibilidade de uma recuperação de nossa autonomia para o desenvolvimento.

Essa prática está tão arraigada na nossa cultura que nem é percebido que o mesmo ocorre com nossas poupanças pessoais, que tem sua remuneração mantida acima da rentabilidade do sistema produtivo, baseada principalmente em papéis, com baixa participação na economia real, gerando um endividamento que estrangula o governo e com uma absurda concentração de riqueza e poder no sistema financeiro.

Estamos vivendo um capitalismo sem regulação que sempre tende ao monopólio, quando o correto deveria ser promover a iniciativa privada e estatal nacional, alinhada a um estratégico Projeto Nacional de Desenvolvimento, patrocinado pelo governo, visando a sustentabilidade da economia e da qualidade de vida da população,

como garantia do sucesso e lucro numa economia real.

Um governo realmente voltado para o interesse nacional tem várias estratégias para efetuar essa retomada de desenvolvimento, como foi feito nos EEUU para sair da crise de 29; na China, para seu boom de desenvolvimento; na Noruega, que passou de País mais pobre da Europa para o de melhor IDH do mundo e a segunda maior renda per capita, pelo adequado uso da riqueza de seu petróleo somente em benefício de sua população.

Alguns exemplos de estratégias para geração de poupança e retomada de investimentos produtivos, alinhados com um Projeto Nacional de Desenvolvimento do País, poderiam ser:

- redistribuição da carga tributária onerando a distribuição de lucros e dividendos, de modo a incentivar o reinvestimento na produção nacional de bens e serviços, com redução de impostos no consumo das famílias, gerando um aumento de sua produção;

- ação governamental para reduzir o Custo Brasil e nossas deficiências de produtividade, bem como definir estratégias, como as tributárias, para proteger nossa produção desses efeitos,

- um sistema de financiamento que privilegie o investimento em P & D e na produção de riqueza e serviços nacionais, de modo a garantir nossa sustentabilidade e competitividade;

- que o sistema de poupança e empréstimo, de baixo risco e rendimento, seja excluyente do sistema de investimento de maior risco e rentabilidade, e menor liquidez;

- que a captação de recursos externos, tanto no prazo quanto na transferência de tecnologia, seja feita para realmente atender o interesse de desenvolvimento nacional sustentado;

- que o aproveitamento de nossos diferenciais competitivos como as riquezas minerais, petróleo, bacias hidrográficas e aquíferas, extensão territorial produtiva, seja feita exclusivamente em benefício dos brasileiros;

E a ação estratégica mais importante que é a capacitação inclusiva e integradora da população como principal agente e beneficiária de um Projeto Nacional de País que queremos para todos os brasileiros.

Raul Tadeu Bergmann

25 - Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres

No dia 25 de novembro comemora-se o *Dia Internacional de Luta Contra a Violência à Mulher*. A data foi escolhida para homenagear as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), dominicanas que ficaram conhecidas como Las Mariposas e se opuseram à ditadura de Rafael Leónidas Trujillo sendo assassinadas em 25 de novembro de 1960.

No Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho de 1981, realizado em Bogotá, Colômbia, a data do assassinato das irmãs foi proposta pelas feministas para ser o dia Latino-Americano

e Caribenho de luta contra a violência à mulher. Em 17 de dezembro de 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou que 25 de novembro é o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, em homenagem ao sacrifício de Las Mariposas.

Nos dias de hoje a data vem sendo promovida pela ONU e pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, sendo fonte de divulgação, inclusive, para o disque 180, que atende casos de de-

núncias de violência contra a mulher.

A Organização Mundial de Saúde define a violência contra a mulher como todo ato de violência baseado no gênero que tem como resultado o dano físico, sexual, psicológico, incluindo ameaças, coerção e privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública seja na vida privada.

A perspectiva de gênero para compreender a violência contra as mulheres resultou de um longo processo de discussão. Utilizar a categoria de análise gênero, neste caso, significa assumir que a violência decorre de relações desiguais e hierárquicas de poder entre homens e mulheres na sociedade.

Palestina, dignidade rebelde



Gaza está outra vez sob bombardeio. Mas a imagem que recebemos novamente hoje – de uma população civil sitiada, aterrorizada, à mercê das violentas ofensivas militares israelenses – não é a que encontramos nos arquivos de Joss Dray, fotógrafa e militante da causa palestina desde os anos 1980. Suas fotos afirmam, ao contrário, a humanidade de um povo em resistência, “legítimo em sua terra”.

Inúmeras imagens circulam agora na internet, reproduzindo à exaustão as nuvens de fumaça que se elevam por trás das casas da cidade. Gaza de longe – como em janeiro de 2009, quando os israelenses e fotógrafos do mundo inteiro iam à fronteira, observar o espetáculo que produziam, ao cair, os mísseis da operação “Chumbo Endurecido”.

Seria inútil procurar este tipo de imagem entre as fotos de Joss Dray sobre a Palestina. Desde o início da primeira Intifada (dezembro de 1987), a militante que ela sempre foi quis enxergar e apresentar o povo palestino “de seu interior”. “Não sou fotógrafa de guerra”, diz ela como preâmbulo. “Tenho necessidade de encontrar as pessoas, sua humanidade, seu jeito de viver, sua cultura”.

Como Joss chegou à Palestina? Ela militava contra a guerra no Vietnã e, em posição terceiro-mundista, contra o imperialismo e a colonização. “Era natural que viesse à Palestina, era lógico”. A fotografia foi, antes de tudo, uma forma de testemunhar as lutas dos anos 1970 em que ela se envolveu.

Um dia, em 1983, Joss telefona ao jornal palestino ‘Al Yom Assabe’, que acabara de ser criado em Paris. Engaja-se imediatamente como fotógrafa e editora de imagens. É a época da guerra do Líbano, mas ela não é enviada em reportagem. “Não faltam fotos de agência. Não vamos te enviar para lá. Vire-se”, dizem-lhe no jornal quando, em 1987, no momento da comemoração dos quarenta anos do Estado de Israel e do aniversário da Declaração de Balfour, ela decide que é tempo de ir à Palestina.

Um povo em sua terra

Ela parte só, levando na mente a imagem gloriosa dos fedayin. Mas não é o que encontra por lá. Chega a um país que não parece estar em guerra, onde se circula com relativa facilidade. “Chegava-se ao aeroporto de Telaviv e se entrava em Jerusalém sem problemas. O espaço entre Israel e a Cisjordânia estava completamente aberto”.

Perturbada pela distância entre a imagem idealizada dos combatentes, que ela guardava, e a realidade, Joss descobre “um povo completamente legítimo em sua terra, que vive numa espécie de quietude, de doçura, apesar da ocupa-

“Eram meados de junho. Volto em outubro e percebo uma tensão crescente. Não compreendo bem o que se passa, ainda. Ao regressar a Paris, percebo: é a primeira Intifada”.

Ser fotógrafa é encontrar-se “no interior” com as pessoas, numa relação muito estreita, para enxergar o que elas veem e olhá-las verdadeiramente. “Durante a primeira Intifada, havia às vezes duzentos fotógrafos. Mas estavam todos por trás do exército israelense. Eu era uma das raras do outro lado. Não havia viajado para ‘testemunhar’ a situação, mas para narrar a resistência do povo palestino.”

Joss Dray fotografa o ambiente quase eufórico dos primeiros tempos da Intifada, o levante de toda a Palestina no campo, nas cidades e vilarejos. Fotos de mulheres que partem com alegria para a manifestação de sexta-feira. “Então, o exército israelense passa a atirar sobre todos, ao azar, e todo o mundo começa a recolher pedras. Você vê a passagem desta fase alegre ao sofrimento. Cada morto é filho de todo mundo. Por exemplo, fotografo um homem assassinado, vindo de um vilarejo para manifestar-se em Ramallah. Descobre-se de imediato quem é ele, viaja-se ao local, organizam-se as homenagens, volta-se quarenta dias depois. São um só: toda a cidade de Ramallah, todos os vilarejos”. Suas primeiras fotos boas são feitas lá. Ela considera que só então torna-se fotógrafa.

está em todos os lugares, especialmente na sombra, no coração das famílias que ela retrata. “Os meninos vinham beijar sua mãe, à noite, e partiam novamente para se esconder nas montanhas de madrugada. Eu fotografo a mãe que sofre, que teme por seu filho, e também fotografo suas irmãs. Esse povo palestino em toda a sua dimensão cultural, humana. Sua beleza”, acrescenta.

Era, naquele tempo, “um povo sobrefotografado”. “A dança das pedras”¹, muito fotogênica, estava em todos os jornais. Mas não dava a verdadeira dimensão do que representou esse levante. Fotografavam-se “os keffiehs e algumas bandeiras, mas não se contava o significado de agitar uma bandeira: um crime, pelo qual arriscava-se à prisão.

Por isso, eles ficavam escondidos nas casas; não saíam senão para as manifestações. Tenho uma série muito divertida, na qual as mulheres, em grupo, tiram de trás de si uma bandeira e a desdobram para mim... Havia até mesmo bandeiras que as crianças faziam com papelão, enfiadas num pedaço de pau e desenhadas com lápis coloridos.”

Joss Dray parou entre 1991 e 1993. “A Intifada se desgastava, minhas fotos também. Houve um vácuo.” Ela voltaria após os Acordos de Oslo, em 1994, para ver a chegada de policiais palestinos que vinham de Shatila, do Líbano, da Tunísia, e eram acolhidos pela população.

Gaza se transformava. Construíram-se grandes hotéis, as calçadas foram repintadas... “Achei aquilo um pouco triste, mas pensei que era preciso, de qualquer maneira, mostrar.” Pouco a pouco, a separação foi se instalando: grades, fronteiras, as passagens tornaram-se cada vez mais estreitas, violentas e marcadas. “Ninguém mais fotografava realmente, fiquei um pouco solitária.”

Nos campos de refugiados no Líbano, Joss fotografa o empobrecimento terrível, a reclusão e o



abandono. Depois, vem a segunda Intifada, que começa em setembro de 2002. Ela terá de se resignar a tornar-se fotógrafa de guerra? A solução escolhida é continuar a testemunhar a experiência de vida dos palestinos, “em sua dignidade e com o sentimento de estar em coerência consigo mesma. Tudo o que até então estivera bem, apesar especialmente dos Acordos de Oslo – que serviram acima de tudo para desumanizar a visão sobre o outro. Inclusive o olhar dos palestinos sobre os israelenses.”

A separação entre palestinos e israelenses torna-se total. Como agir? Ela escolhe trabalhar com as missões civis para a proteção do povo palestino, conduzindo pessoas, procurando enxergar a Palestina com os olhos delas. “Evidentemente, era uma Intifada armada. Porém, continuei a fotografar os que resistiam de outros modos, em ações militantes. Em Jenin, por exemplo, revi as fotos que havia feito durante a primeira Intifada. Tentei mostrar a força de resistência incalculável de um povo que luta contra o esquecimento, além da destruição da sociedade, das pessoas, que mantinham a mesma vontade de expressar sua dignidade e energia.”

– E hoje, como ela enxerga o prosseguimento de seu trabalho? Se retornasse a Gaza ou aos campos, o que Joss faria?

Gaza, a maior ferida

“Meu filho diz: ‘cresci com duas imagens da Palestina: a cicatriz e o orgulho’. A cicatriz é a foto de uma jovem mulher com um olho ferido, exposta no Instituto do Mundo Árabe, em Paris. O orgulho é a foto – muito publicada – de uma manifestação de crianças, uma delas vestida de paletó”.

Com este filho, produtor de cinema, ela tem hoje o projeto de fazer um webdocumentário para apresentar uma geografia da Palestina bem mais vasta (porque mental) que o território confinado em que os palestinos estão hoje aprisionados. “Gostaria, é claro, de utilizar meus arquivos, mas também de filmar, para que nos digam o que é, hoje, fazer parte do povo palestino”. A primeira viagem que ela fará, assim que possa, será para encontrar os refugiados palestinos da Síria no Líbano.

“Dizia-se, de Gaza, que lá as pessoas sempre se levantavam, em primeiro lugar e sobretudo, por serem as que mais sofrem. É lá que continuam a sofrer, e o trabalho a partir de meus arquivos remete novamente à sua história – a dos refugiados e a das feridas de hoje”.

Imagens: Joss Dray

Texto: Françoise Feugas

Ah! As economias Natureza e trabalho, com um adendo

Uma parábola indiana conta a histórias de quatro cegos que souberam de um animal estranho, chamado elefante, trazido para sua cidade. Nenhum deles, no entanto, estava ciente da configuração do animal. Por curiosidade, eles disseram: “Precisamos conhecê-lo pelo toque, para o que sempre fomos capazes”. Então eles o procuraram e, quando o encontraram, passaram a tateá-lo. O primeiro pousou a mão na tromba, e disse: “Este ser é como uma cobra grossa”. Outro tocou a orelha que lhe pareceu uma espécie de leque. O terceiro, cuja mão estava sobre a perna, afirmou, “elefante é um pilar como um tronco de árvore”. Finalmente o quarto cego tocou o rabo e o descreveu como corda.

A economia surge diante de nós como o elefante indiano. Olhando de um modo, você dirá que é capital, no lado oposto lhe parecerá trabalho. Vamos discutir sobre estes modos de ver.

Capital. Em 1606, a palavra capital estava associada ao comerciante. No dicionário de Jean Nicot aparece a expressão: “capital de um comerciante”. Em meado do século XIX, a palavra capital dará origem ao termo capitalista.

Mas, comumente, capital é entendido como um conjunto de bens em um determinado momento. Seu capital será uma expressão, na moeda de seu país, de tudo que você possui, pelo valor que poderá dispor com sua venda.

Veja que já entram nesta ideia de capital, dois conceitos que ainda nem tratamos: moeda e mercado. Esta intercorrelação de conceitos é uma das dificuldades que a economia coloca para os não iniciados. Mas não constitui um nó cego. Que se abra este embrulho, pouco a pouco.

O que é mercado? É a sociedade humana, restrita a seus negócios. Vê-se logo que mercado é uma palavra com conteúdo ideológico e, também, redutor da ação humana. Você tem uma vida muito mais intensa e saudável do que buscando monetizar todas as relações. Um dia de sol, uma paisagem bonita, uma afeto sincero, uma fé verdadeira acaso tem valor de troca?

E a moeda? Aristóteles assim enunciava as funções da moeda, 300 anos antes de Cristo: unidade de conta, reserva de valor e intermediária de trocas. Realmente muita coisa mudou deste que o sábio grego se aventurou nos desvãos da economia.

A moeda se caracteriza pela confiança. Ela representa também um país, uma nação. Verdade? Nem sempre.

A moeda já foi definida como parte da soberania de um país ou, inversamente, como a situação colonial permanente mesmo após a independência política, a marca da presença colonizadora. Vejamos dois casos.

Os países de colonização francesa, no entorno do Golfo da Guiné (Camarões, Costa do Marfim, Burkina Faso, Gabão, Benim, Congo, Mali, República Centro-Africana, Togo, Níger, Chade e Senegal), tiveram a moeda “franc cfa”, ou, “franco da comunidade financeira africana”. Emitida, controlada e com o câmbio fixado pelo Tesouro francês. Em 22 de dezembro de 2019, foi anunciado que a moeda na África Ocidental

(Senegal, Mali, Costa do Marfim, Burkina Faso, Togo, Benim e Níger) seria substituída por outra nova e independente denominada “eco”.

Na Europa há o euro, moeda comum a 19 países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Estônia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta e Portugal. O Banco Central Europeu (BCE) supervisiona as atividades dos bancos centrais nacionais e toma a iniciativa quanto aos serviços de numerário na área do euro, ao passo que os bancos centrais nacionais asseguram o funcionamento adequado dos respectivos sistemas nacionais de distribuição de numerário.

Os bancos centrais nacionais colocam notas e moedas em circulação fundamentalmente através do sistema bancário. Há um evidente colonialismo dos países mais fortes economicamente no controle das emissões do euro.

Em relação ao dólar estadunidense (USD) alguns países o usam nas transações domésticas ou vinculam suas moedas nacionais a ele. São também modos de colonização. São esses: Equador, Panamá, El Salvador, Timor-Leste e a Micronésia.

Vê-se, por conseguinte, que as moedas não representam a força econômica de um Estado Nacional e que a confiança nem sempre está dentro de casa.

Porém a moeda sustenta o Estado. É o Estado que determina como devem ser pagos seus tributos e que só os aceita na moeda emitida por ele.

Quando se diz que o Estado é como a dona de casa, se esquecem de dizer que dona de casa não emite moeda nem cobra impostos. Duas diferenças cruciais.

Mas esta é a verdade inteira? Também não. O Estado assim como a dona de casa precisa ter moeda para comprar bens não existam no País e dele precise ou deseje. Ou seja, precisa de outras moedas. Antes de examinarmos como obter outras moedas, vamos nos envaidecer com o caso específico do Brasil.

Nosso País tem espaço, água potável, recursos minerais, fontes de energia primária, clima, terras férteis, população e conhecimento para ser autossuficiente. Só não tem competência política. Mas se não trocarmos energia/informação com outros sistemas, chegaremos à redundância absoluta e até à desintegração do sistema, a desordem máxima.

Então uma parte da moeda emitida no País servirá para as “trocas internacionais”, onde a soberania fala mais alto. Mas esbarra na ideologia dominante no Ocidente em vigor desde 1990: “a moeda é um bem privado, gerenciado pelo oligopólio bancário ou, em outras palavras, pelo sistema monetário internacional”. Eu sintetizo este sistema com a palavra “banca”.

Como se conclui, nesta primeira fase, não é a economia mas a política que nos impede de solucionar a questão dos recursos individuais e estatais.

Passemos, agora, para o trabalho.

A história econômica é sempre uma relação do homem com o meio. Desta relação surgirão recursos e produtos necessários à vida. E é a partir da produção que se poderá atribuir valor e preço.

Mas se colocados apenas os fatores natureza e trabalho, o capital perde força e, como vimos, a

economia, a macroeconomia, aquela que trata das relações da sociedade, do Estado, do capital, das produções, da moeda, é um ramo da política, uma aplicação das ideologias.

Nos livros da economia clássica, o trabalho não será a origem dos bens. Ele estará subordinado à demanda por produtos e à existência de equipamentos (capital fixo) para ser operado pela mão de obra. Não fica nítida a inversão?

Até intuitivamente se vê na natureza a origem de qualquer relação econômica. Como os coletores caçadores obtinham seus produtos senão na ação direta sobre a natureza.

O fator transformador da natureza é o trabalho, a ação humana que vai aprendendo, se sofisticando nessa relação e criando valor e em seguida riqueza.

Importante professor francês, Dominique Méda, explica que o termo atual é o resultado da sedimentação de três camadas de significados:

“o trabalho fator de produção (século XVIII), o trabalho essencial ao homem (início do século XIX) e o trabalho centro da distribuição de renda, dos direitos e das proteções características da sociedade do emprego (fim do século XIX)”.

Veja como a noção de capital vai se infiltrando e dominando a posição do trabalho. Hoje, no domínio neoliberal, o trabalho é tão somente um veículo que transporta ou desloca capitais e, por conseguinte, deve onerar o mínimo possível o resultado financeiro. O que se procura com a automação, o uso intensivo da cibernética (comunicação e controle nos animais e máquinas), dispensando o trabalhador ou colocando-o como um risco para ele mesmo, a uberização.

Fiquemos por enquanto com estes dois conceitos básicos da economia: natureza e trabalho, e com um conceito derivado, capital. Em torno deles se construiu todo um saber para que os poderosos jamais perdessem o poder e os despossuídos não se julgassem capazes de alcançá-lo. Um adendo

Economia é palavra de origem grega, composta de “oikos”, casa, e “nomos”, lei. Ou seja, como organizar a casa. E na casa se produzia tudo que era necessário para seus habitantes, sendo o trabalho dividido conforme o sexo e a idade.

O trabalho objetivava produzir os bens necessários à casa e a seus habitantes. Mas servia igualmente para a realização individual, a capacidade de fazer com arte e eficácia aquele bem indispensável. E a obtenção deste bem necessário se completava com o prazer estético, com o belo. O trabalho era assim fonte de necessidade e de prazer.

Portanto a economia tem sua base na história das relações de produção. Avança quando a casa passa a realizar trocas com outras casas, e leva ao ponto em que estas trocas precisam ter suas avaliações aceitas por todos.

Marx afirma que a economia não se estuda em microscópios nem com reagentes químicos, para se analisa-la é necessária a “força da abstração”.

Estudar a economia é, portanto, estudar tudo que se relaciona ao trabalho.

No correr dos séculos que vão das leis da casa (antes de Cristo) ao Consenso de Washington (novembro de 1989), o trabalho foi escravo, livre, engrandecedor do ser humano, a desdita existencial, a fonte de riqueza e o motor de revoluções.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

As origens do termo “gaúcho” e nossas heranças indígenas. A história que não te contam

O primeiro registro de "gaúcho" surgiu em Santa



Fé (atual Argentina) em 1617, quando "moços perdidos", vestidos ao estilo dos charruas, com botas de garrão de potro, chiripá e poncho, e assaltavam as estâncias de gado. Cartas jesuítas de 1686 falam nos "vagos ou vagabundos" pilhando estâncias missioneiras. Em 1820, Saint-Hilaire estabeleceu as diferenças entre o "campeiro", que trabalhava nas estâncias, e o "gaúcho", pilhador, ladrão que não entendia o significado de pátria. Notem, todas essas alcunhas vieram de escritores que representavam o poder político e econômico colonialista. Sendo assim podemos, numa perspectiva dos oprimidos, afirmar que o gaúcho histórico negava a condição de domado pelos poderosos e ignorava acordos sociais. A etimologia da palavra vem do idioma dos índios andinos Mapuches, que quer dizer "homem solitário, solteiro". Ou seja, nada de parecido com a ideia de gaúcho que o MTG nos conta ou que o poder do latifúndio

quer que saibamos, pois querem um gaúcho subserviente que odeia outros oprimidos como se ele o fosse parte dos opressores sem ser dono nem da terra debaixo das unhas.

Gaúcho não existiria sem os indígenas locais!

Exatamente, o gaúcho moderno nasce ainda no século XIX como identidade que misturava o gaúcho histórico (sem pátria, sem padrões) com o campeiro subserviente ao fazendeiro dono de estância. Foi dos indígenas que herdamos o chimarrão, da cultura Guarani que tinha na erva mate uma planta sagrada que estes plantavam junto aos jesuítas quando estes foram arrematados para as Reduções (Missões) jesuítas. Já o andar a cavalo, chiripá, churrasco de espeto cravado ao chão e a bravura vem dos charruas que habitavam os campos que hoje são a metade sul do RS, o Uruguai e o norte da Argentina. Mas foi exatamente o latifúndio em forma de sesmarias que aniquilou os indígenas. A ocupação do sul pelos portugueses inicia com a criação na Colônia do Sacramento (margem leste do Rio da Prata no atual Uruguai) em 1580. Quando da sua troca pelos Sete Povos Orientais (Sete Povos das Missões) em 1750, com o Tratado de Madrid, os portugueses e espanhóis iniciaram uma Guerra contra os Guaranis que resistiram. Seu cacique Sepé Tiarajú tombou na batalha do Caiboaté (interior do atual município de São Gabriel) no dia 7 de fevereiro de 1756 (no local de sua morte, em 1961 se construiu uma cruz de concreto de 5 metros de altura) Mas antes gritou aos invasores: "esta terra tem dono!"

Os charruas foram nunca foram arrematados pelos jesuítas como os Guaranis ou fizeram a-

cordos com portugueses como os minuanos que habitavam a "boca do inferno" (ligação entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, atual cidade de Rio Grande). Os charruas conheceram o cavalo via cavalos selvagens introduzidos pelos colonizadores. Lutavam com bravura e nunca se adequavam aos europeus. Nunca foram escravizados. Foram caçados com brutalidade por portugueses e espanhóis. O gen. Rivera oferecia dinheiro a quem entregasse um par de orelhas e o saco escrotal de índio charrua morto. Por fim ele os traiu sob promessa de paz e os aniquilou. Os últimos 3 charruas (um homem, uma mulher e uma criança) foram enviados à França em 1831 para serem atração de um zoológico humano. Dizem que um dia o charrua os viu tentando domar um cavalo extremamente arredo e se aproximou, ele, com calma, alisou o animal e em minutos montou-o sem rédeas. Espantados, os franceses perguntam como ele conseguiu domar o animal. Ao que o charrua responde: "eu não o domei, ele me escolheu para monta-lo!"

Estudos de 2001 da geneticista Maria Cátira Bortolini revelou que ainda temos presença da genética Charrua nos habitantes da região de fronteira. No sangue a resistência charrua que só falta descobrir que hoje está sendo enganado por uma versão de História contada pelo MTG que, para proteger a imagética do latifúndio, esconde a barbárie por detrás da ocupação deste território. Esconde a limpeza étnica dos indígenas pelas mãos do mesmo poder do estancieiro que hoje o quer de cócoras, sem revolta com a exploração para mais facilmente ser dominado.

Éric Vargas

Voluntariado e aprendizado



Hoje o quociente emocional ou inteligência emocional é fundamental para todas as atividades profissionais no mundo, em torno de 58% das pessoas que perdem suas colocações no mercado, perdem por falta de IE, e isso é muito grave e tem aumentado, visto que na contramão desta informação, cada vez mais as pessoas se preocupam em ser especialistas e enchem suas

“caixas de ferramentas”, estudam e se preparam tecnicamente, mas esquecem de aprender e preparar sua IE, inteligência emocional.

E o que este assunto tem em comum com o voluntariado? Eu diria muito, existem 12 competências da Inteligência Emocional (IE), 10 delas o trabalho voluntário te ajuda a desenvolver. São elas: Gestão das emoções, Adaptabilidade, Orientação para realização, Otimismo, Empatia, Consciência organizacional, Gestão de conflito, Trabalho em equipe, Liderança inspiracional e Mentoria.

É uma das ferramentas mais potentes para estimular o aprendizado da I.E. Inteligência Emocional.

Então se temos uma ferramenta tão potente, a nossa disposição sem necessidade de nenhum investimento por que não utilizamos? Uma boa pergunta para ser respondida. A resposta, que eu acredito é que não valorizamos aquilo que não tem preço, gostamos de pagar, mesmo a-

quilo que não tem valor, mas se pagamos é porque deve ser bom, na verdade gostamos de ser enganados muitas das vezes.

O voluntariado está aí a disposição de todos, indistintamente, com grandes benefícios para quem pratica e muitos outros benefícios para quem recebe, portanto uma relação de ganha ganha, mas insistimos em não pratica-lo, seria muito bom para você, excelente para quem irá receber e fantástico para a sociedade.

Não quero obrigá-lo a fazer trabalho voluntário, mas quero que se sinta obrigado a conhecer mais sobre o assunto para opinar com seu conhecimento e sentimento, não com o meu ou de qualquer outra pessoa, só você poderá tomar esta decisão.

Espero que tente e se inspire para conhecer mais, muita gente ficará feliz com esta decisão.

Roberto Ravagnani

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 14

Vamos entendê-lo e interpretá-lo com as regras impostas pelos organismos econômicos internacionais a partir de 1990, que se consolidam no decálogo do Consenso de Washington. da América (EUA) são:

- Disciplina fiscal;
- Redução dos gastos públicos;
- Reforma tributária;
- Juros de mercado;
- Câmbio de mercado;
- Abertura comercial;

- Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições;
- Privatização das estatais;
- Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e
- Direito à propriedade intelectual.

Não lhe parece incrível, caro leitor, que um decálogo econômico apenas se refira em dois tópicos ao trabalho e apenas para garantir a propriedade intelectual, deixando todas demais formas de trabalho sem proteção. E, supostamente, quando as relações humanas, das pessoas

na sociedade, deveriam estar mais avançadas, pelos séculos de convivência, de aceitação das diferenças, mais acolhedoras e protetoras, em especial dos mais desvalidos, dos menos aptos. O que se observa é um novo mundo, sem qualquer foco no ser humano. Um mundo do capital e da moeda, nem mesmo da produção. É a antítese da economia.

Vimos também que todos os avanços civilizatórios começam no amor à Pátria.

Pedro Augusto Pinho



Gazeta Valeparaibana

Você é o que você lê!

2007-2020

Língua Portuguesa: 8 palavras fantásticas mas que ninguém utiliza



A Língua Portuguesa possui inúmeras palavras interessantes mas muito pouco utilizadas. Sabe o que quer dizer diletante? E percuciente?

Devido à riqueza vocabular da língua portuguesa, existem diversas palavras com significados muito interessantes mas que não são usadas habitualmente pelos falantes. A grande maioria destas palavras são pouco conhecidas mas, por causa dos seus significados especiais, deveriam ser mais utilizadas. Afinal de contas, aumentar o nosso vocabulário tem vários benefícios, seja pessoais ou profissionais.

A melhor forma de aumentar o seu vocabulário é ler o mais possível. No entanto, se não gosta de ler, pode sempre optar por conversar o máximo possível com os seus amigos, especialmente aqueles com um nível cultural mais elevado: o

Cabeça de papel



Fundação Nacional de Artes já foi presidida por grandes figuras da cultura brasileira, como o cartunista Ziraldo, o poeta Ferreira Gullar e o ator Sérgio Mamberti. Agora será chefiada pelo coronel Lamartine Barbosa Holanda, paraquedista, bolsonarista e fã de filmes militares.

O currículo do oficial da reserva traz informações curiosas. Ele se apresenta como especialista em logística, segurança e telecomunicações. Também diz ser ex-presidente da Câmara de Comércio Brasil-Albânia e oferece serviços de “consultor militar”.

A nomeação gerou espanto, mas o coronel informou que fez curso de roteirista e foi escolhido “por capacitação”. Ao repórter Vinicius Sassine, ele acrescentou que convive com o cinema “desde pequeno”, quando visitava uma fábrica de películas no Rio Grande do Sul. “Meu pai me

simples convívio com outras pessoas contribui de forma decisiva para o nosso enriquecimento intelectual.

Talvez falte mais divulgação ou, mais provavelmente, talvez não sejam tão utilizadas porque as situações, sensações ou sentimentos que elas definem não são muito comuns. Conheça, agora, oito palavras interessantes e pouco conhecidas.

1. Percuciência

Característica de quem é percuciente, ou seja, que tem perspicácia.

Exemplo: Devido à sua percuciência, conseguia ter um entendimento mais amplo do mundo.

2. Senescência

Processo natural de envelhecimento.

Exemplo: Conseguiremos um dia evitar a senescência do ser humano?

3. Asseidade

Característica de um ser que existe por si mesmo. Sendo a causa e o princípio de si próprio, não necessita de outros seres para existir.

Exemplo: A escolástica estudava a asseidade divina.

4. Diletante

Que se dedica a alguma coisa por prazer e não por obrigação ou profissão. Que ou o que se diverte e procura o prazer sem levar nada a sério

levava lá para enrolar e desenrolar filme”, explicou.

Lamartine caiu nas graças do bolsonarismo em 2019, ao acompanhar uma agenda do capitão e deputado estadual Castello Branco, do PSL. Os dois foram à sede da Cinemateca Brasileira e anunciaram uma mostra de filmes militares. Ao fim do vídeo, repetiram o slogan de campanha do presidente (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”) e prestaram continência a uma câmera de celular.

A performance repercutiu mal, e a mostra não saiu do papel. No mês passado, a Cinemateca fechou as portas porque o governo se recusou a renovar seu contrato de gestão. Os 51 funcionários foram demitidos, e um acervo de 250 mil rolos está em perigo. O único felizardo da história é o coronel Lamartine, que faturou a boquinha federal.

Nem na ditadura a Funarte havia sido comandada por um militar. Ao fundá-la, em 1975, o governo Geisel entregou a presidência ao escritor José Cândido de Carvalho, autor de “O coronel e o lobisomem”. Sua gestão lançou o Projeto Pixinguinha, uma joia idealizada pelo produtor Hermínio Bello de Carvalho.

A nomeação do paraquedista engorda o cabide verde-oliva em Brasília. Em julho, o Tribunal de

Exemplo: Sendo o diletante que sou, tudo fica mais fácil.

5. Humílimo

Grau superlativo absoluto sintético do adjetivo humilde. Que é muito humilde, extremamente humilde.

Exemplo: O ator aclamado por todos apresentava um comportamento humílimo.

6. Polografia

Descrição astronómica do céu.

Exemplo: Pretendia escrever uma polografia poética, mas nunca escrevia nada, apenas contemplava o infinito.

7. Heliopatia

Conjunto de distúrbios, perturbações ou alterações patológicas causadas pela luz dos raios solares.

Exemplo: Insolação, pigmentação cutânea, queimaduras solares e envelhecimento cutâneo acelerado são exemplos de heliopatia.

8. Parestesia

Sensações desagradáveis na pele como dormência, formigamento, coceira, picadas, pressão, frio, queimação, ardência, ... devido a perturbações na sensibilidade tátil.

Exemplo: Esta parestesia que sinto constantemente deve ser causa pela minha má circulação sanguínea.

Contas da União informou que 6.157 militares já estavam pendurados em cargos civis. O governo ainda mantém dez oficiais em postos de ministro.

Lamartine inaugura a presença da farda na área cultural, uma das únicas que ainda estavam livres da influência dos quartéis. O coronel já deixou claro que insistirá na organização de uma mostra de filmes de guerra. A obsessão combina com o ideário de Bolsonaro para o setor.

No ano passado, o presidente disse que pretendia impor um “filtro” ao financiamento do cinema brasileiro. A ideia era barrar “filmes pornográficos” e incentivar produções que exaltem “heróis brasileiros”. O anúncio foi interpretado como tentativa de censura.

Bolsonaro tem a quem puxar. Em 1972, o general Medici afirmou que o filme “Independência ou morte” marcaria o início de uma “nova era” do cinema brasileiro. O elenco foi ao Planalto para uma sessão de beija-mão, na qual o presidente se comparou a Dom Pedro. Em pouco tempo, a produção chapa-branca caiu no esquecimento. Hoje o gênero mais associado à ditadura é a pornochanchada.

Bernardo Mello Franco